

administração

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS

V. 7, N. 1, jan./jun. 2008

Fas. 75708 Clas. PER Arquivo & Administração

v.7 n.1

jan./jun. 2008 ex.4

O que é a AAB

A Associação dos Arquivistas Brasileiros — AAB, fundada em 20 de outubro de 1971, com a finalidade de dignificar socialmente a profissão é uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, considerada de utilidade pública no Estado do Rio de Janeiro, de acordo com o Decreto nº 1200, de 13 de abril de 1977. Promove o Congresso Brasileiro de Arquivologia e edita a Revista Arquivo & Administração desde 1972, além de promover o Encontro de Bases de Dados sobre Informações Arquivisticas, desde 2005.

É membro integrante do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ, do Conselho Internacional de Arquivos - CIA e da Associação Latino Americana de Arquivos - ALA.

Principals Objetivos

- Cooperar com organizações nacionais e internacionais, públicas e privadas, em tudo que se relacione com arquivos;
- Promover, por todos os meios, a valorização, o aperfeiçoamento e a difusão do trabalho de arquivo, organizando ciclos de estudos, conferências, cursos, seminários, congressos, mesas-redondas;
- · Estabelecer e manter intercâmbio com associações congêneres;
- · Prestar consultoria, assistência e serviços técnicos.

Serviços que a AAB oferece

- · Consultoria;
- · Assistência técnica;
- · Indicação de profissionais e estagiários;
- · Organização de congressos, seminários, cursos e palestras;
- · Cursos in company específicos para atender às necessidades da empresas.

Quadro Associativo

Podem ser admitidos como Sócios da AAB, sem qualquer discriminação, as pessoas que exercem atividades arquivísticas, as que se interessem pelos objetivos da Associação, além das empresas públicas e privadas.



aab@aab.org.br Av. Presidente Vargas, 1733 - sala 903 CEP: 20.210-030 - Centro - Rio de Janeiro Tel/Fax: 55 (21) 2507-2239 / 3852-2541

arquivo & administração

v. 7, n. 1 jan./jun. 2008

SUMÁRIO

Arg. & Adm.

EDITORIAL	3	Jose Maria Jardim Lucia Maria Velloso de Oliveira
ARTIGOS	5	As estruturas de produção de conhecimento arquivístico: quadros em movimento Maria Odila Fonseca
	21	A ciência, os cientistas e os seus arquivos Paulo Roberto Elian dos Santos
	35	Arquivos pessoais e documentos digitais: uma reflexão em torno de contradições Lucia Maria Velloso de Oliveira
	49	As transformações no cenário arquivístico federal Ana Celeste Indolfo
	71	A pesquisa em crônicas jornalísticas: a análise da representação da informação Dilza Ramos Bastos Maria Luiza de Almeida Campos Eliane Vasconcellos

v. 7

n. 1

p. 1-98

ian./iun. 2008

Rio de Janeiro

Copyright © 2004 by Associação dos Arquivistas Brasileiros

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização expressa da Editora.

Coordenação: Lucia Maria Velloso de Oliveira

Revisão técnica: Dilza Ramos Bastos Editoração eletrônica: Gustavo Monteiro

Catalogação na publicação (CIP)

Arquivo & Administração/Associação dos Arquivistas Brasileiros. Ano 1, n. 0 (1972) -

Rio de Janeiro: AAB, 1972 -

v.: 23 cm. Semestral

Publicação oficial da Associação dos Arquivistas Brasileiros.

ISSN 0100-2244

1. Arquivo – Periódico. 2. Gestão de documentos – Periódico. I. Associação dos Arquivistas Brasileiros.

CDD 025.171

Reg. \$5708

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS

Membros da Diretoria e do Conselho Editorial.

Diretoria

Presidente: Lucia Maria Velloso de Oliveira Vice-presidente: Eliana Balbina Flora Sales

1º Tesoureiro: Renata Silva Borges

2º Tesoureiro: Alcides Sodré Peçanha Filho

1º Secretário: Isabel Cristina Borges de Oliveira

2º Secretário: Laura Regina Xavier

Conselho Editorial

José Maria Jardim Lucia Maria Velloso de Oliveira Maria Celina Soares de Mello e Silva Maria Odila Fonseca (In memorium) Paulino Lemes de Sousa Cardoso Paulo Elian Sérgio Conde Albite Silva

EDITORIAL

O primeiro número da Revistas Arquivo & Administração de 2008 é muito especial. Seu artigo inicial é de autoria da professora e arquivista Maria Odila Kahl Fonseca. A conferência As estruturas de produção de conhecimento arquivistico: quadros em movimento foi por ela apresentada no XIV Congresso Brasileiro de Arquivologia, realizado no Rio de Janeiro em 2006. Apesar de já ter sido publicada nos Anais eletrônicos do Congresso, sua inclusão na revista é relevante para a divulgação das idéias de Maria Odila sobre o tema a um público mais amplo que o do Congresso. Além disso, é também uma oportunidade de homenagearmos uma profissional cujo percurso foi decisivo para a Arquivologia contemporânea no Brasil.

Neste número, contamos ainda com dois artigos resultado de palestras apresentadas no I Encontro de Arquivos Pessoais na Era Digital. Esse evento, realizado de 11 a 13 de março de 2008, procurou suscitar reflexões relacionadas com à gestão e acesso aos arquivos pessoais constituídos por documentos digitais. Paulo Roberto Elian dos Santos, em seu artigo A Ciência, os cientistas e os seus arquivos analisa a relação da atividade científica e a constituição dos arquivos. O artigo é centrado no cenário da área das ciências biomédicas. Lucia Maria Velloso de Oliveira, autora do artigo Arquivos pessoais e documentos digitais: uma reflexão em torno de contradições, apresenta uma hipótese para abordagem dos arquivos pessoais que contam com documentos digitais em seu conjunto.

O artigo de Ana Celeste Indolfo, As transformações no cenário arquivistico federal é resultado de pesquisa desenvolvida durante o mestrado em Ciência da Informação. A autora analisa os órgãos do Poder Executivo Federal que, no período de 1996 a 2006, adotaram instrumentos de classificação e avaliação de documentos.

Finalmente, o artigo A pesquisa em crônicas jornalísticas: a análise da representação da informação, elaborado por Dilza Ramos Bastos, Maria Luiza de Almeida Campos, e Eliane Vasconcellos, apresenta um relato de experiência de pesquisa e análise documentária de uma coleção das crônicas de Carlos Drummond de Andrade.

Esperamos que o leitor da revista Arquivo & Administração aprecie o esforço dos autores que colaboraram com esse número.

Jose Maria Jardim

Lucia Maria Velloso de Oliveira

AS ESTRUTURAS DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO ARQUIVÍSTICO

Quadros em movimento

Maria Odila Fonseca

Professora do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – PPGCI – UFF/IBICT

O artigo é resultado da participação da professora Maria Odila, como conferencista, no XIV Congresso Brasileiro de Arquivologia, realizado na cidade do Rio de Janeiro, nos dias 24, 25 e 26 de abril de 2006. A publicação deste trabalho é também uma homenagem da revista *Arquivo & Administração* à professora Odila, falecida em 1 de dezembro de 2007, tendo em vista sua contribuição para a Arquivologia no Brasil.

O texto foi também publicado nos anais do congresso, sendo escolhido pelo Conselho Editorial da revista, por sua relevância e também por ter sido o último do trabalho da professora.

RESUMO

A inserção da Arquivologia na episteme da Modernidade, especialmente na chamada "esfera política", enfatizando a importante relação entre a crescente necessidade de racionalidade na gestão do Estado e constituição de um "saber arquivístico". A decorrente importância das instituições arquivísticas como lócus de produção de conhecimento na área, a partir de seu objetivo de responder aos problemas de uma administração pública que deve ser eficiente. A Universidade como um novo lócus de produção do conhecimento arquivístico, propondo uma nova pauta de reflexões, e sua contribuição para uma redefinição da Arquivologia como campo de saber autônomo, em especial no sentido de rediscutir seus objetos e objetivos tradicionais. Alguns mecanismos de controle da produção acadêmica e seu uso, ou seu pouco uso, na área arquivística. Os limites e a configuração disciplinar da Arquivologia não são objetos prioritários de suas investigações. Ausência de indicadores de internacionalização, A dificuldade de superação da questão da terminologia. A configuração que não consegue romper com os limites nacionais e corporativos, A Web como instrumento de comunicação e divulgação científica: listas acadêmicas de discussão, bibliotecas virtuais, periódicos eletrônicos, bibliografias sistematizadas e atualizadas, sites de divulgação científica.

Pavavras-chave: Arquivologia; Comunicação científica; Produção do conhecimento.

Neste Congresso pretende-se tratar das questões relativas à construção do conhecimento na área arquivística. Esta sessão plenária, em especial, trata da "Arquivologia como campo científico: seu cenário atual e suas perspectivas". Espero que, ao final desta jornada de trabalho, possamos ter contribuído para uma melhor compreensão dos fenômenos que marcam esta construção e para um aprofundamento das matérias que definem a Arquivologia contemporânea, num momento em que as áreas do conhecimento passam pelas profundas transformações derivadas, em larga medida, do inédito aparato tecnológico à disposição do pesquisador.

Tentarei orientar minha comunicação em direção ao mapeamento das lacunas que, em minha análise, encontro na identificação de uma possível infra-estrutura de pesquisa na Arquivologia, identificadas, principalmente, pela fragilidade dos mecanismos de comunicação científica, ou seja, pela escassa produção de informação sobre o campo, enquanto tal, como possibilidade e objeto de pesquisa.

O entendimento das dificuldades a que me refiro passa pelo estabelecimento de alguns parâmetros de análise das conjunturas em que a Arquivologia se insere, desde seus primórdios, como campo de um saber que possa ser considerado singular.

Não obstante a literatura arquivística afirmar que a história dos registros arquivísticos confunde-se com a história das civilizações humanas pós-escrita e que os arquivos, ainda que em suas formas preliminares, surgiram na área do chamado "crescente fértil" e do Oriente Médio, há cerca de seis milênios, a maioria dos autores considera que os primórdios do que se poderia chamar de Arquivologia situa-se a partir do século XVI.

[...] os primeiros elementos da doutrina arquivística (archival doctrine) podem ser encontrados no último volume da obra monumental de Dom Jean Mabbilon sobre diplomática, publicada em 1681. (Duranti, 1993, p.9).

Esta mesma regularidade observa-se entre os autores quando apontam a publicação do Manual da Associação dos Arquivistas Holandeses, em 1898,

"Arquivologia clássica...,isto é, Arquivologia assim como foi codificada pelo Manual de Muller,Feith e Fruin em 1898[...]" (THOMASSEN, 1999, p. 2).

"Do ponto de vista da contribuição universal para a arquivística o mais importante manual escrito sobre administração de arquivos é, provavelmente, o de um trio de arquivistas holandeses, [...]" (SCHELLENBERG, 2002, p. 36).

"O desenvolvimento da Arquivologia moderna tem muito a ver com a difusão do Manual dos arquivistas holandeses Muller, Feith e Fruin, editado em 1898 [...]" (HERREDIA, 1993, p. 28).

"[...] o século se fecha com a publicação do famoso manual de Arquivologia, redigido sob os auspícios da Associação dos Arquivistas Holandeses em 1898 [...]" (LODOLINI,1990, p. 119).

"Publicada em 1898 por Muller, Feith e Fruin, esta obra representa a libertação da Arquivística da posição secundária a que tinha sido remetida pelo historicismo do século XIX. Ainda hoje surpreende pela sua grande actualidade [...] pode-se afirmar que a fundamentação teórica e a grande maioria das recomendações nela contidas permanecem irrepreensíveis" (SILVA ET AL, 1999, p.117).

como o marco inaugural daquilo que se poderia identificar como uma disciplina arquivística. A partir daí, podem ser apontados alguns tópicos importantes na análise das características de configuração da área, tanto do ponto de vista de suas bases teóricas e conceituais quanto das conjunturas histórica e geográfica de seu estabelecimento. A análise destes pontos remete à inserção da Arquivologia na episteme da Modernidade.

Modernidade refere-se basicamente a eficácia e a autonomia, nas esferas política, econômica e cultural. Na esfera econômica a modernidade refere-se à "livre mobilidade dos fatores de produção, o trabalho assalariado, a adoção de técnicas racionais de contabilidade e de gestão, a incorporação incessante da ciência e da técnica ao processo produtivo" e também "a capacidade de obter pelo trabalho os bens e serviços necessários ao próprio bem estar..." A modernidade política poderia sintetizar-se na idéia do Estado moderno "dotado de um sistema tributário eficaz, de um exército permanente, do monopólio da violência, de uma

administração burocrática racional", mas também "significa capacidade de exercer plenamente a cidadania, um estado de direito que assegure a vigência integral da democracia e dos direitos humanos". Na esfera da cultural, modernidade "implica a diferenciação de esferas de valor, até então embutidas na religião: a ciência, a moral, o direito e a arte... significa o livre uso da razão, sem tutelas de quaisquer naturezas... num contexto institucional "desencantado" secular, liberto de todos os jugos espirituais..." (ROUANET, 2001).

A ampla abrangência de tópicos de análise cabíveis dentro desta conjuntura nos obriga, para os objetivos desta comunicação, a estabelecer um recorte muito preciso sobre os pontos que nos interessa sublinhar, relacionados especialmente á chamada "esfera política", onde se sublinha a busca por uma administração burocrática racional. Deve-se enfatizar, neste quadro, segundo as análises de Jardim (1998), o Estado como campo informacional e as especificidades dos arquivos, tanto como conjuntos documentais produzidos pelo aparelho burocrático quanto como instituições inseridas neste mesmo aparelho. Esta dicotomia marca profundamente a constituição de um "saber arquivístico" construído ao longo do século XX, e esclarece a decorrente importância das instituições arquivísticas e a subordinação da disciplina em relação ao seu objeto, ou seja, uma dada certeza de que se a idéia de arquivo estiver clara, estará clara a idéia de Arquivologia. Os marcos representados pelo estabelecimento do princípio da proveniência e da gestão de documentos só podem ser compreendidos neste quadro: o primeiro tem sua origem numa Instrução de Serviço e o segundo num conjunto de artefatos burocráticos formado por: recomendações de uma comissão de reforma administrativa, pelo regimento de uma nova agência governamental e uma lei. É interessante observar, nas tentativas de mapear os contornos disciplinares da Arquivologia, os fundamentos da proposta de abordagem arqueológica de M. Foucault, ou seja, de incluírem-se como elementos formadores das ireas de saber "as regras institucionais, as medidas administrativas, os textos jurídicos,... as reflexões políticas, as medidas legislativas, os programas de reforma..." (1971, p. 41).

Em relação à subordinação que foi mencionada anteriormente, da disciplina em relação ao seu objeto, vale a pena considerar que o Manual dos Arquivistas Holandeses, explicitamente considerado como marco inaugural de uma possível disciplina arquivística não menciona, em nenhuma das suas normas ou princípios, qualquer intenção de codificação de um campo de conhecimento. Na realidade, todas as 100 normas que formam a publicação são decorrentes da primeira, na qual os autores se dedicam a definir o que é um arquivo. Em suas próprias palavras, "esta definição de arquivo, que

Arg. & Adm., Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, jan./jun. 2008

colocamos aqui como base sobre a qual se erguerá todo o resto [...]".

A questão da Arquivologia enquanto área de conhecimento, ou ciência, não era um tema prioritário entre os autores daquilo que Thomassem chama de "Arquivologia Clássica". O mapeamento de suas fronteiras disciplinares estava "dado" pelas suas características em termos de seu objeto - o arquivo (fond d'archive), custodiado por uma instituição arquivística - seus objetivos e métodos, os quais poderiam ser resumidos pelo controle físico e intelectual dos documentos, a partir da aplicação do princípio da proveniência e do seu desdobramento, na ordenação dos documentos de acordo com a organização dada no órgão produtor.

Duas abordagens podem ser consideradas como predominantes nas reflexões sobre o campo do conhecimento arquivístico hoje: aquela que identifica o momento atual como o de uma mudança de paradigma e aquela que o identifica como o momento de inserção numa nova "episteme" - a da pós-modernidade. As duas abordagens não são excludentes; ao contrário, são mutuamente referentes e aprofundar suas análises ultrapassaria em muito os limites desta comunicação, mais ainda considerando o privilégio de estarmos partilhando estas reflexões com Theo Thomassem um dos mais destacados estudiosos das propostas de Khun aplicadas ao desenvolvimento da Arquivologia. Ambas as abordagens apontam para mudanças importantes na estrutura da disciplina arquivística, contemplando o deslocamento de seu objeto do arquivo para a informação arquivística, compreendida a partir de seus contextos de produção, e dos seus objetivos e métodos, que para além da acessibilidade, passam a visar o registro e a manutenção da qualidade arquivística, ou seja, da clareza, da força e da resistência dos laços entre a informação e o processo administrativo que a gerou. Um outro aspecto presente nestas abordagens e que me parece importante destacar diz respeito ao fato de que a teoria arquivística não deve ser vista, como muitas vezes é, como um conjunto imutável de leis, estabelecidas desinteressadamente e guardando verdade para sempre; tampouco é linear, formada a partir de um consenso universal. Ao contrário, é uma colagem de diferentes, superpostas e contraditórias idéias coexistindo e misturando-se, encontrando seus campos de aplicação em diferentes tradições político - administrativas e culturais.

É inegável o interesse das novas perspectivas da teoria arquivística que se desenham hoje. Contudo, é inegável, também, sua estreita relação com uma realidade européia e norte-americana. Para uma realidade brasileira, latino-americana, na qual nem os preceitos de uma Arquivologia positivista foram ainda consolidados, na qual ainda não se conseguiu estabelecer relações "administrativistas" com os órgãos da administração pública, é bastante inquietante pensar em termos de uma Arquivologia pós-moderna voltada para lidar com os registros de uma realidade cada vez mais "virtual".

No Brasil, a década de 1970 foi de fundamental importância para estabelecer alguns parâmetros que, ainda hoje, definem as questões arquivisticas. Assim temos, em 1971, a criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros, que exerceu uma indiscutível liderança nas conquistas posteriores. Estas conquistas podem ser enumeradas: a promoção dos Congressos Brasileiros de Arquivologia, realizados regularmente desde então. Foram realizados, desde então 13 congressos. Aos esforços da comunidade arquivística brasileira para a realização regular dos Congressos não correspondeu um esforço de efetiva divulgação de seus resultados técnico/científicos. Foram publicados os Anais de apenas cinco Congressos, sendo dois em CD ROM; a publicação do primeiro periódico brasileiro especializado na área, a revista Arquivo & Administração, cuja publicação manteve periodicidade regular até 1986. Hoje a revista volta a fazer parte do conjunto de ferramentas de comunicação científica disponíveis para os pesquisadores da área, voltando a uma periodicidade semestral regular. A criação dos cursos de Arquivologia em nível superior; a regulamentação das profissões de arquivista e de técnico de arquivo. A profissão de técnico de arquivo nunca foi implementada, uma vez que nunca foi estabelecido um curso profissionalizante na área. Este é um fato relevante, na medida em, entre outros fatores ajudou a cristalizar uma visão monolítica do campo de trabalho na área, fazendo com que arquivistas e estagiários de Arquivologia se ocupem indiscriminadamente de todas as tarefas relacionadas com o fazer arquivístico.

A década de 1980, por sua vez, foi fortemente marcada pelo fortalecimento, infelizmente conjuntural, das instituições arquivísticas públicas, sob uma forte liderança do Arquivo Nacional. Enumerar todos os pontos representativos deste fortalecimento seria excessivo, pois tendo se desenvolvido por toda a década de 1980, gerou uma série bastante grande de eventos e fatos, entre os quais destacamos: a criação do Fórum de Diretores de Arquivos Estaduais, que se reunia sistematicamente, promovendo uma cooperação interinstitucional sem precedentes na história das instituições arquivísticas brasileiras; o debate em torno de um projeto de Lei para os arquivos brasileiros e a démarche feitas pelo Arquivo Nacional junto à Assembléia Constituinte responsável pela elaboração da Constituição de 1988, no sentido de introduzir no texto constitucional referências à gestão arquivística em todos os seus níveis; o lançamento da Revista Acervo, com o objetivo de contribuir para o aperfeiçoamento das técnicas arquivísticas e da metodologia de pesquisa histórica, refletindo a produção brasileira nessas duas áreas. A partir de 1993, cada número da revista passou a ser dedicado a um tema distinto. A partir de 1996 a revista passou a publicar artigos exclusivamente historiográficos; na qualificação internacional do pensamento arquivístico brasileiro, a partir de uma sistemática criação de oportunidades para propiciar que arquivistas brasileiros viajassem ao exterior em bolsas de estudo e estágios. Na faceta política desta vertente, destacase o fato de o Brasil, pela primeira vez, ocupar um cargo na Secretaria Executiva do Conselho Internacional de Arquivos e a presidência e a vice-presidência da Associação Latinoamericana de Arquivos – ALA.

A década de 1990 pode ser caracterizada como sendo o período de consolidação da Universidade como espaço político e acadêmico importante na configuração do campo arquivístico. Neste período pode-se observar que dobra o número de cursos de Arquivologia no país; melhora a qualificação do corpo docente destes cursos, aumenta a contribuição de autores vinculados à Universidade na produção científica da área; em seus estudos, já considerados como clássicos na área, Jardim (1999, a, b, c) aponta para uma predominância de autores vinculados à Universidade no quadro de artigos publicados em periódicos especializados. Ao longo da década de 1990, os autores vinculados a Universidades são responsáveis por cerca de 45% da produção de artigos especializados. Ainda segundo os dados da pesquisa, do núcleo de autores de maior produtividade, 67% são vinculados a universidades; um aumento de possibilidades de inserção de questões arquivísticas nos cursos de pós-graduação existentes, destacando-se os Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília e da Universidade Federal Fluminense/IBICT e da Universidade Federal de Minas Gerais, e o Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo.

A desmobilização das instituições arquivísticas faz parte do sistemático desmonte das estruturas administrativas do Estado brasileiro, dentro do quadro neoliberal de Estado mínimo, desmonte que atingiu níveis de absoluta irresponsabilidade no governo Collor, mas que não sofreu reversão nos governos subseqüentes. Este fenômeno gerou um êxodo de quadros das instituições arquivísticas para a Universidade e para outras instituições de informação. Esta desmobilização das instituições arquivísticas promove uma certa perda de identidade na área, uma vez que, como vimos anteriormente, este é um campo do conhecimento plasmado na tentativa de responder às demandas da administração pública em diferentes períodos e em diferentes circunstâncias políticas. Em contrapartida, assiste-se à implementação e consolidação do Conselho Nacional de Arquivos – o CONARQ. Hoje o CONARQ ocupa um espaço de liderança, embora mais na formulação de soluções normativas do que na implementação de uma política nacional de arquivos.

Um fato que se deve destacar, neste breve e obrigatoriamente pouco exaustivo mapeamento, é que estamos em vias de aprovar uma nova tabela de áreas do conhecimento dentro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, o mais expressivo organismo de fomento à pesquisa em nível federal. Esta nova tabela alça a

Arquivologia á categoria de área do conhecimento, subdividida em respectivas subáreas.

PRINCIPAIS ALTERAÇÕES PROPOSTAS: criação de 21 novas áreas, entre as quais:

Ciências Socialmente Aplicáveis
11. Área – Arquivologia
Fundamentos da Arquivologia
Gestão Arquivística
Técnicas Arquivísticas
Arquivologia Especializada

O debate em torno desta proposta ofereceu-nos a oportunidade de verificar, ainda que o mesmo não tenha se dado tão amplamente como seria desejável, a pequena visibilidade da Arquivologia dentro das áreas afins e o grau de fragilidade de nossa organização enquanto campo de conhecimento. Se, por um lado a proposta em si mesma já indica uma valorização do campo, por outro, as manifestações havidas em torno da questão revelam quantas reticências ainda existem em torno da aceitação da área como área de conhecimento, considerando-se aqui que "por área do conhecimento entende-se o conjunto de conhecimentos inter-relacionados, coletivamente construído, reunido segundo a natureza do objeto de investigação com finalidades de ensino, pesquisa e aplicações práticas". Algumas destas manifestações, pelo que podem traduzir como exemplos do que estamos afirmando, devem ser destacadas:

[...] no fato de as áreas de a Biblioteconomia e a Arquivologia, [...], encontrarem-se diretamente voltadas a um exercício profissional, cuja formação [...], busca atender demandas sociais específicas, pautadas por ambiências não menos específicas: o arquivo e a biblioteca. [...] No entanto, é na pós-graduação em Ciência da Informação, enquanto espaço de sedimentação da pesquisa e de efetiva construção do conhecimento, que os egressos de ambas as formações têm encontrado seu lócus investigativo [...], no sentido de ver na Ciência da Informação uma grande área, de natureza teóricometodológica [...] que nutre teoricamente os fazeres da

Arquivologia e da Biblioteconomia [...] e nelas encontra espaço de aplicação / teste / sedimentação das teorias e metodologias que propõe. [...] a Ciência da Informação encontra na Arquivologia e na Biblioteconomia campos de aplicação [...] tanto a tradição bibliotecária norte-americana da escola de Chicago como a tradição arquivistica da École de Chartres encontrariam na Ciência da Informação um espaço de reflexão e de construção de conhecimento. Especificamente no âmbito arquivistico, essa aproximação de seu fazer profissional com o universo teórico da Ciência da Informação vem ocorrendo, dentre outros aspectos, pela enunciação do conceito de informação arquivística e pelos estudos levados a cabo pelo grupo de Quebec no âmbito da arquivística integrada, assim como pelos pesquisadores da Universidade do Porto Armando Malheiro da Silva e Fernanda Ribeiro. (Escola de Ciência da Informação da UFMG, em 28 de outubro de 2005).

Na reunião de colegiado à qual me referi apresentei minha análise acerca do proposto pela ANCIB e critiquei o documento da Comissão Especial de Estudos. Não estou certo se a criação das áreas de Arquivologia e Biblioteconomia é uma demanda dos profissionais dessas áreas específicas, mas creio que o fato de historicamente estarmos ligados a elas desde o surgimento da ciência da informação deveria levar-nos a reforçar nossos elos com estes profissionais e naturalmente atrair outros para a formação de nossa identidade. Minha opinião é a de que arquivologia e biblioteconomia deveriam constituir, unidas, uma subárea na CI. (Professor adjunto I, vinculado ao Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, em 17 de outubro de 2005).

Mesmo internamente, ainda hoje, as questões sobre uma falsa dicotomia entre uma arquivística acadêmica e uma arquivística aplicada permeiam o campo. Em importante evento científico internacional ocorrido no Brasil em 2005, uma das conferências propostas pela organização do evento denominava-se "As dificuldades do trabalho prático em arquivos em confronto com as metodologias ideais preconizadas na universidade [...]" sugerindo uma dicotomia entre teoria e prática, entre ensino e exercício profissional.

Parece útil retomar a questão apresentada na introdução desta comunicação

Disponivel em:http://www.cnpq.br/areas/cee/proposta.htm

para restabelecer, a partir do pano de fundo desenhado, a linha mestra de condução das minhas considerações nesta segunda parte, em direção ao mapeamento das lacunas que encontro na identificação de uma possível infra-estrutura de pesquisa na Arquivologia, identificadas, principalmente, pela fragilidade dos mecanismos de comunicação científica, ou seja, pela escassa produção de **informação sobre o campo**, enquanto tal, como possibilidade e objeto de pesquisa.

Observa-se, como já visto, uma pauta renovadora de reflexões vem contribuindo para uma redefinição da Arquivologia como campo de saber autônomo, em especial no sentido de rediscutir seus objetos e objetivos tradicionais; mas uma nova pauta de reflexões não leva, por si só, ao fortalecimento da Arquivologia como campo disciplinar autônomo e independente. Outras questões se impõem. Estas questões, na perspectiva desta comunicação, passam pela criação de mecanismos eficazes de comunicação científica, que permitirão uma maior visibilidade interna e externa do campo. A comunicação científica pode ser definida como a troca de informações entre membros de uma dada comunidade científica, na qual se podem incluir atividades associadas à produção, disseminação e uso da informação, desde a primeira formulação das hipóteses e questões da pesquisa até que os seus resultados sejam incorporados no corpo de conhecimentos reconhecidos e partilhados por aquela dada comunidade. Aqui já se pode apontar o primeiro dos problemas de infra-estrutura que gostaria de sublinhar:

1. A comunidade arquivística está longe se organizar como uma comunidade científica. Ainda subsiste, na área, uma configuração que não consegue romper com os limites nacionais e corporativos. As organizações mais importantes dentro do campo são associações nacionais e regionais de arquivistas; são associações que agregam profissionais de um país, ou de uma região dentro de um país. As poucas associações internacionais existentes, regionais na maioria, se referem os aspectos políticos relativos, por exemplo, aos direitos humanos, aos direitos ao patrimônio arquivístico, ou se referem a países e regiões já agrupados por algum elemento externo à questão arquivística, como por exemplo, o Fórum dos Arquivistas Lusófonos. A inexistência de alguma associação de docentes ou de pesquisadores, em nível nacional ou internacional, é outro fato que ajuda a iluminar a pouca autonomia do campo, mesmo no que diz respeito à sua vertente mais acadêmica. Debruçar-se sobre estes dados seria um exemplo do tipo de mapeamento a que estou me referindo.

^{2.} O periódico científico é visto pela maioria dos autores dedicados aos estudos de comunicação científica como sendo o principal veículo formal de comunicação, tanto para divulgação do conhecimento como para comunicação entre os pares da comunidade científica. Seções específicas do próprio periódico têm incorporado outros instrumentos formais de comunicação científica, que também podem ser reunidos e republicados em revistas especiais, tais como os periódicos de resumos e os artigos de revisão da literatura.² Esta importância atribuída ao periódico científico vem dos aspectos anonimato e de avaliação cega por pares dos artigos submetidos à publicação, sendo a plausibilidade e a importância da argumentação os fatores substantivos de sua aprovação. Assim, um artigo publicado por um periódico de destaque na área, tem seu valor acrescido pelo selo de relevância científica outorgado pelo editor e os examinadores por ele consultados. Na área arquivística, os periódicos especializados mais importantes continuam a ser aqueles publicados por associações nacionais de arquivistas. Apesar da maioria destes periódicos cumprirem as exigências mínimas de avaliação externa dos artigos que publicam, o seu tratamento como canal de comunicação científica é frágil, pois não há periódicos de resumo e indexação na área e sua relação a mecanismos de indexação, resumo e citação de áreas afins é pouço consistente e pulverizado. Isto revela a pouca importância atribuída, na área, ao periódico como veículo indicador da "ciência certificada", ou seja, da ciência que passou por uma avaliação dos pares. Isto pode ser considerado revelador de certa fragilidade da Arquivologia como campo de conhecimento autônomo. Os seus periódicos especializados não tem sido objeto de estudo no seu papel de agente produtor de discurso acadêmico. Também são pouco utilizados, na área, os artigos de revisão, importante dispositivo de mapeamento de campos científicos, trazendo a possibilidade de iluminar influências, linhas hegemônicas de pesquisa e de interpretação, lócus majoritários de produção de conhecimento,

O artigo de revisão é um instrumento formal de comunicação científica cujo objetivo é apresentar a opinião crítica especializada de seu autor, a respeito dos trabalhos e atividades de pesquisas desenvolvidas na área por ele enfocada, comparando pontos de vistas convergentes e divergentes, e levando o leitor a outras publicações sobre o assunto. Com isso, o leitor identifica a importância e a credibilidade de cada trabalho analisado na revisão e consegue ter uma visão geral do estágio atual das pesquisas naquela área do conhecimento. Cláudia Augusto Dias, disponível em: http://www.geocities.com/claudiaad/comunica.pdf

- além de outros indicadores. Não obstante estas considerações, pode-se observar que os periódicos continuam a ser publicados regularmente, e a longevidade dos periódicos internacionais remetem à estabilidade da área enquanto produtora/usuária de conhecimento publicável/publicado. Remete, também, à estabilidade das associações profissionais.
- 3. Deve-se destacar, também, o pequeno uso da Web como instrumento de comunicação e divulgação científica: não há listas acadêmicas de discussão, não há bibliotecas virtuais, há poucos periódicos eletrônicos, não há bibliografias sistematizadas e atualizadas, não há sites de divulgação científica, o que coloca a comunidade arquivística em descompasso em relação às tendências atuais. Além disso, os periódicos arquivísticos oferecem poucas possibilidades de acesso gratuito aos textos integrais dos artigos e, com poucas exceções, não oferecem versões eletrônicas de assinatura. Um exemplo deste uso academicamente pouco consistente da Web é o Portal de Arquivos mantido pela Unesco. Sem querer minimizar o seu papel de facilitador na busca de informações, o Portal carece de critérios mais rigorosos de verificação, encontrando o pesquisador que recorre a esta fonte um forte grau de inconsistência. Mais uma vez fica claro a primazia dos arquivos e das instituições arquivística na área, na medida em que o uso da Web como instrumento de divulgação de instituições arquivisticas encontra um padrão de qualidade que não corresponde à sua utilização pelos arquivistas enquanto pesquisadores e produtores de um conhecimento que possa ir além das fronteiras institucionais.

Mais de 1.800 conferências anuais on-line nos mais diferentes campos criam espaços sociais, onde membros da comunidade acadêmica de todo o mundo interagem. Grande parte do material publicado hoje, em papel, tem simultaneamente cópia disponível em rede. Se o número de livros e periódicos impressos sobe de 2 a 7% ao ano, as fontes eletrônicas crescem muitas vezes mais rapidamente, nos distintos campos do conhecimento. Assim, independentemente da sobrevivência da comunicação formal e informal, o domínio eletrônico tem espaço garantido. A idéia de sistemas de informação baseados no conceito de biblioteca virtual, onde identificação, localização, tratamento, busca e disponibilidade de informações são possíveis,

independentemente da manutenção de acervos internos. ganha mais e mais adeptos. Países ricos e periféricos buscam soluções para enfrentar o fluxo informacional e o aumento abusivo dos preços da coleção de periódicos. É a substituição gradativa do modelo de biblioteca centrado na disponibilidade, em que predomina a manutenção de coleções fixas e a possibilidade do browsing real, por um novo modelo centrado na acessibilidade, em que prevalece o intercâmbio entre unidades de informação conectadas em rede e o browsing virtual. Um exemplo desta tendência é a própria iniciativa da Capes em não mais financiar a compra de periódicos, mas de permitir que os cursos de pós-graduação das instituições de ensino superior tenham acesso eletrônico a uma série de periódicos, dentro do denominado Portal de Periódicos da Capes. (TARGINO; CASTRO, 2001).

4. Um outro aspecto que podemos destacar é a ausência da Arquivologia como campo indexado nas grandes bases de dados bibliográficos, como por exemplo:

Base de dados da ISI Web of Science³ (8.000 periódicos indexados) são:

- Science Citation Index Expanded References (1970-), Author Abstracts available from 1991.
- Social Sciences Citation Index Expanded with Cited References (1970-), Author Abstracts available from 1992.
- Arts and Humanities Citation Index with Cited References (1975–),
 Author Abstracts available from 2000.

As considerações aqui apresentadas devem ser consideradas apenas como uma provocação ao debate, um convite à comunidade arquivística para se debruçar nas interessantes possibilidades dos estudos de comunicação científica para o mapeamento e o conseqüente melhor entendimento da área. (stide). Em nenhum momento deixou-se de entender que cada área do conhecimento se constitui num amplo e peculiar sistema social; que as agendas de cada comunidade acadêmica são marcadas pela distribuição geopolítica de seus atores, que as opções meramente quantitativas de análises e

³ http://wok.mimas.ac.uk/about/

indicadores não devem ser ingenuamente consideradas, sob o risco de criarmos nossas próprias armadilhas. Ainda assim, creio ser oportuna a preocupação com as fragilidades que procurei apontar nesta comunicação, e oportuna também será nossa tentativa de responder à conhecida indagação de T.S.Eliot: "Onde está o conhecimento que perdemos na informação?".

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. Manual de arranjo e descrição de arquivos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1975. 167 p.

BELKIN, N. J. Information concepts for information science. Journal of Documentation, v. 34, n. 1, p. 55-85, mar. 1978.

COOK, Terry. Archival science and postmodernism: new formulations for old concepts. **Archival Science**, v. 1, n. 1, p. 3-24, mar. 2001. Disponível em: < http://www.mybestdocs.com/cook-t-postmod-p1-00.htm>.

Beyond the screen: the records continuum and archival cultural heritage.

2000. Trabalho apresentado na Australian Society of Archivists Conference, Melbourne,
18 aug. 2000. Disponível em: http://www.archivists.org.au/files/Conference_Papers/2000/terrycook.pdf>.

Fashionable nonsense or professional rebirth: postmodernism and the practice of archives. **Archivaria**, 51, p. 14-35, spring 2001. Disponible em: < http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/viewFile/12792/13989>.

. What is past is prologue: a history of archival ideas since 1898, and the future paradigm shift. **Archivaria**, 43, p. 17-63, spring 1997. Disponível em: < http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/viewFile/12175/13184>.

COUTURE, C., DUCHARME, D. La Recherche en arqchivistique: un état de la question. Archives, v. 30, n. 3-4, 1998-1999.

DELMAS, Bruno. Archival science facing the information society. **Archival Science**, v. 1, n. 1, p. 25-37, mar. 2001.

DERRIDA, Jacques. Mal de arquivo: uma impressão freudiana. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001. 130 p.

DURANTI, Luciana. The archival body of knowledge: archival theory, method and

practice, and graduate and continuing education. Journal of Education for Library and Information Science, v. 34, n. 1, p. 8-24, winter 1993.

FONSECA, Maria Odila. Arquivologia e ciência da informação. Rio de Janeiro: FGV Ed., 2005. 121 p.

Formação e capacitação profissional e a produção do conhecimento arquivístico. In: MESA REDONDA NACIONAL DE ARQUIVOS, 1999, Rio de Janeiro. Caderno de textos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

GIRA. La place de l'archivistique dans la gestion de l'informations: perspectives de recherches. Montreal: Ministaire des Affaires Culturelles/Archives Nationales du Quebec, 1990.

IANNI, Octávio. Tipos e mitos da modernidade. **Zonanon**, 11 dez. 2002. Disponível em: http://zonanon.com/ideias/oi021211.htm. Acesso em: 6 fev. 2004.

JARDIM, José Maria. A produção e difusão do conhecimento arquivístico no Brasil 1996-1999. Niterói: UFF, Departamento de Documentação, Núcleo Interdisciplinar de Estudos da Informação – NEINFO, 1999. Relatório parcial de pesquisa.

KETELAAR, Eric. The difference best postponed?: cultures and comparative archival science. **Archivaria**, 44, p. 142-148, 1997. Disponível em: http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/12201/13218.

MUELLER, Suzana P. M. O círculo vicioso que prende os periódicos nacionais.

DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação, n. zero, art. 4, dez. 1999. 8 p.

Disponível em: http://www.dgz.org.br/dez99/F_I_art.htm.

OTLET, P. **Documentos e documentação**. (Introdução ao[s] trabalhos do Congresso Mundial da Documentação Universal, realizado em Paris, em 1937). Disponível em: http://www.conexaorio.com/biti/otlet/>.

ROBREDO, Jaime. Da ciência da informação revisitada aos sistemas humanos de informação. Brasília: Thesaurus, 2003. 245 p.

RODRIGUES, José H. A situação do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1959. 73 p.

ROUANET, Sergio P. Autonomia, modernidade e democracia mundial. Política Democrática, ano 1, n. 2, p. 48-58, jun./set. 2001.

THOMASSEN, Theo. The development of archival science and its european dimension. Trabalho apresentado no Seminar for Anna Christina Ulfsparre - Swedish National Archives, em Estocolmo, 10-11 feb. 1999.

THOMASSEN, Theo. A first introduction to archival science. Archival Science, v. 1, n. 4, p. 373-385, dec. 2001.

TOURAINE, Alain. Crítica da modernidade. Petrópolis: Vozes, 1994. 431 p.

A CIÊNCIA, OS CIENTISTAS E OS SEUS ARQUIVOS

Paulo Roberto Elian dos Santos Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz elian@coc.fiocruz.br

RESUMO

Nos dias atuais, em quais condições são produzidos e preservados os documentos resultantes da atividade científica? Sob quais critérios são mantidos ou eliminados esses registros? É possível afirmar que todo o material documental acumulado por um grupo de cientistas no seu trabalho de investigação tem valor para a história da ciência? Os cadernos de laboratório ou protocolos de pesquisa, por exemplo, seriam elementos fundamentais para compreensão do percurso cotidiano de uma investigação? Os documentos gerados pela atividade científica são passíveis de regulação ou soluções normativas? É possível falar em uma "pessoalização" dos arquivos? Como compreender a criação científica, sem reter os inúmeros documentos produzidos no processo de experimentações e testes? Como é possível organizar arquivos de instituições e profissionais da ciência, sem conhecer a ciência, como se organiza e o que fazem os cientistas? Como mudou e o que vêm mudando na atividade científica, nas últimas décadas? Estas e outras indagações servem como fio condutor deste trabalho que elegeu como "pesquisa de campo" um laboratório da área das ciências biomédicas.

Palavras-chave: Arquivo pessoal; Arquivo de Ciência; Arquivistica; História da Ciência; Instituição científica.

The science, the scientists and their archives

Abstract

Which are at present the conditions for the production and the preservation of documents resulting from scientific activity? Under which criteria are these records retained or disposed of? Could we say that all document material accumulated by a group of scientists during its investigation work is of value to the history of science? Would the laboratory notebook or the research protocols be, for instance, essential elements to understand the daily program of an investigation? Can documents generated by scientific activity be object of regulation or normative solutions? Could we talk about a "personification" of the archives? How can we understand the scientific creation without keeping the uncountable number of documents produced in the process of experimentation and tests? How can we organize institutional and personal scientific

Arg. & Adm., Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, jan./jun. 2008

papers without knowing science, how it operates, and what scientists do? In which way has the scientific activity changed and what on it is being changed since the last decades? These and other questions serve as a lead to this article that has elected a laboratory of biomedical sciences as its researching field.

Key-words: Personal archive; Science Archive; Archival Science; History of Science; Scientific institution.

1 Introdução

Os arquivos pessoais ao representarem uma parcela da memória coletiva contribuem ao lado dos demais arquivos, para a salvaguarda do patrimônio documental e a compreensão das sociedades modernas. Interessam como fonte primária de investigação e são dotados de uma singularidade. Não se criam com uma finalidade histórica e cultural inicial, mas são forjados por homens e mulheres ao longo de uma vida, por um tempo e adquirem "valor" por um gesto de quem os produziu e/ou de quem os identificou e lhes atribuiu significado social e cultural.

A literatura arquivística clássica sempre tratou as diferenças entre arquivos institucionais e arquivos pessoais, estabelecendo uma oposição bastante clara. Enquanto, os primeiros representam conjuntos orgânicos, homogêneos e necessários, resultado de uma atividade administrativa, os pessoais são produtos de uma intenção de perpetuar uma determinada imagem, portanto, fruto de uma seleção arbitrária e se apresentam como agrupamento artificial e antinatural onde não é possível a objetividade. Portanto, são destituídos do sentido próprio dos arquivos.

No Brasil, o esforço técnico de resolução dos problemas práticos de tratamento dos arquivos parece, nos últimos anos, cada vez mais caminhar lado a lado com a capacidade dos profissionais de formularem uma reflexão teórica e conceitual. As principais instituições arquivísticas e alguns centros de documentação não se propuseram a isto e seu distanciamento da universidade também não permitiu que se constituíssem novos espaços institucionais de referência na produção do conhecimento na área. Esse quadro, contudo, tem mudado a partir dos anos 90, sobretudo com a expansão do ensino universitário. No tema dos arquivos pessoais, o panorama nos revela um conjunto de trabalhos densos e ancorados em reflexões teóricas, conceituais e metodológicas¹. No

passagem da teoria à prática - depara-se com as dificuldades de aplicação dos princípios fundamentais da arquivistica. O arquivo pessoal carrega o "inusitado", nele emergem os materiais mais diversos que precisam ser considerados numa nova abordagem. Como, por exemplo, considerar uma extensa coleção de separatas de artigos científicos, como constituída de itens bibliográficos, tecnicamente tratados como tal, e desligados intelectual e fisicamente do restante do arquivo? Como não tratar, dentro de uma única lógica de classificação, um pequeno conjunto de retratos emoldurados de pesquisadores,

encontrado em um arquivo de cientista?

Para Camargo (1988; 1998) as dificuldades de aplicação dos princípios fundamentais da arquivistica revela-se de forma especial na questão dos arquivos pessoais que oferecem uma variedade de peculiaridades que nos obrigam a rever princípios e conceitos. Para a autora, são três os pontos mais controvertidos:

que se refere de forma mais direta às formulações metodológicas² destaca-se o trabalho

do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC/

FGV criado em 1973, e que a partir da década de 1980 se tornou um centro especializado

na guarda de arquivos privados pessoais de representantes da elite política e passou a atuar como referência para as mais diversas instituições constituindo-se num "modelo",

amplamente utilizado, com eventuais adaptações, no tratamento de arquivos pessoais.

Maria Camargo (1998), na medida em que o profissional de arquivo – no momento da

O esforço de pensar a questão dos arquivos pessoais se coloca para Ana

- 1° a recontextualização dos documentos operada pelo próprio titular do arquivo ou por seus sucessores;
- 2° a própria constituição do universo coberto pelo arquivo que, nesse caso, envolve além daquelas ações que o vinculam às instituições sociais, outras "juridicamente irrelevantes", cujas regras e formas são menos visíveis, como "relações de amizade e amor, opções intelectuais, obsessões e tantas outras";
- 3° a inexistência de parâmetros normativos transforma o trabalho de classificação e descrição num esforço em que o levantamento de áreas de ação, funções e atividades como categorias classificatórias dos documentos é, simultaneamente, a

As reflexões de Ana Maria Camargo (1988; 1998) representam um primeiro esforço teórico e metodológico voltado para a renovação dos estudos sobre os arquivos pessoais no Brasil. Uma outra exceção a este quadro é a dissertação de mestrado, de Priscila Fraiz, intitulada *A construção de um eu autobiográfico: o arquivo privado de Gustavo Capanema*, defendida no Programa de Pós-Graduação em Literatura Brasileira da Universidade do Esta-

do do Rio de Janeiro, em 1994. Uma versão condensada desta dissertação foi publicada com o título A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais: o arquivo de Gustavo Capanema, na Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 11, n. 21, 1998, p. 59-87. No que diz respeito aos procedimentos de organização de arquivos pessoais cabe registrar a experiência inovadora de organização do Arquivo Fernando Henrique Cardoso sob a coordenação da historiadora Silvana Goulart e a consultoria de Ana Maria de Almeida Camargo. Este trabalho foi recentemente consolidado no livro Tempo e Circunstância: abordagem contextual dos arquivos pessoais, IFC, 2007.

² A 1ª. Edição do Manual de Procedimentos Técnicos do CPDOC foi publicada em 1986. Duas outras versões reformutadas foram publicadas em 1994 e 1998.

construção de uma biografia.

Fato comum no âmbito dos arquivos pessoais vale ainda mencionar a presença de documentos produzidos por instituições, na maioria das vezes públicas, nas quais o titular exerceu funções e atividades ao longo de sua trajetória profissional.

Mesmo a despeito das inúmeras restrições levantadas pelos autores que consideram os arquivos pessoais desprovidos dos elementos característicos dos arquivos, concordamos com a cartografia do problema apresentada por Ana Maria Camargo e Silvana Goulart (2007) que realçam outros argumentos e problematizam o tema de modo a nos permitir "tratar os arquivos pessoais como arquivos" e, portanto, imprimir aos mesmos uma análise pautada nos princípios da arquivística3.

2 Arquivos institucionais e arquivos pessoais de cientistas

Desde que ingressei na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), meu objeto de estudo tem sido nos últimos dez anos, os arquivos produzidos pela atividade científica, de forma especial àqueles gerados pelas atividades científicas no campo das ciências biomédicas e biológicas. Ao lado desse acervo institucional formado desde o início do século XX4, a Fiocruz, por meio da Casa de Oswaldo Cruz, abriga arquivos pessoais de cientistas, alguns dos quais com trajetórias vinculadas à instituição.

Os desafios do tratamento técnico desses arquivos nos levaram à formulação de um projeto de pesquisa⁵ que teve por objetivo discutir os padrões de constituição e os procedimentos de organização de arquivos de cientistas e propor uma abordagem inovadora que pudesse contribuir, através do estabelecimento de conexões entre a teoria e a prática, para a proposição de novos critérios metodológicos no tratamento arquivístico, que levassem a uma primeira aproximação com a prática científica ali corporificada.

De forma paralela ao esforço de preservação de um determinado patrimônio documental da ciência, realizamos nos últimos dez anos iniciativas que conferem uma preocupação com a gestão dos arquivos correntes da instituição. Ainda de forma muito tímida empreendemos um movimento no sentido de construir uma interlocução com atores centrais nesse processo – os cientístas –, pragmáticos e muito ciosos do seu ofício. do que ele produz e significa socialmente.

Nessa perspectiva, a abordagem dos arquivos institucionais e pessoais, nos leva à formulação de inúmeras perguntas: como é possível organizar arquivos de instituições e profissionais da ciência, sem conhecer a ciência, como se organiza e o que fazem os cientistas? Nos dias atuais, em quais condições são produzidos e preservados os documentos resultantes da atividade científica? Sob quais critérios são mantidos ou eliminados esses registros? É possível afirmar que todo o material documental acumulado por um grupo de cientistas no seu trabalho de investigação tem valor para a história da ciência? Os cadernos de protocolos de pesquisa, por exemplo, seriam elementos fundamentais para compreensão do percurso cotidiano de uma investigação? Os documentos gerados pela atividade científica são passíveis de regulação ou soluções normativas? É possível falar em uma "pessoalização" dos arquivos? Como compreender a criação científica, sem reter os inúmeros documentos "intermediários" produzidos no processo de experimentações e testes? Como mudou e o que vêm mudando na atividade científica, nas últimas décadas?

Ao se debruçarem sobre os arquivos provenientes de doações de cientistas (ou de seus familiares) ou recolhidos junto a laboratórios de institutos de pesquisa e universidades, os arquivistas se deparam com esse conjunto de questões que devem ser articuladas e relacionadas aos próprios princípios teóricos e conceituais da arquivística, como o "respeito aos fundos", e a natureza dos documentos de arquivo. Ao mesmo tempo, devem procurar respostas ao conjunto de perguntas que o levarão a conhecer de forma cumulativa essa atividade humana (a ciência), a instituição, e a pessoa que acumulou esse arquivo.

Este esforço inerente ao trabalho dos arquivistas vem produzindo alguns resultados com relação à compreensão da atividade científica, dos cientistas e de suas instituições.

Os franceses, que produzem conhecimento original na matéria, entendem os chamados "arquivos científicos" como o conjunto das fontes arquivísticas que permitem estudar a evolução das políticas de pesquisa e de ensino científicos, a evolução desta ou daquela disciplina ou ainda o papel deste ou daquele cientista no desenvolvimento do conhecimento. Esta definição é ampla e permite distinguir três categorias de arquivos científicos, quanto à proveniência e ao estatuto jurídico e que não são indiferentes quanto à coleta, conservação e sua comunicação: são os arquivos de tutela; os arquivos próprios dos estabelecimentos de pesquisa e ensino; e os arquivos pessoais de cientistas

³ Para um mapeamento do problema dos arquivos pessoais, ver capítulo II - Da teoria à prática (CAMARGO;

⁴ Criada em 1900, como Instituto Soroterápico Federal, a Fundação Oswaldo Cruz é vinculada ao Ministério da Saúde, e abriga atividades que incluem o desenvolvimento de pesquisas; o ensino e a formação de recursos humanos; a prestação de serviços hospitalares e ambulatoriais de referência em saúde; a fabricação de vacinas, medicamentos, reagentes e kits diagnósticos; a informação e a comunicação em saúde; o controle da qualidade de produtos e serviços; a preservação do patrimônio histórico e cultural da saúde.

⁵ A pesquisa resultou na dissertação de mestrado intitulada Entre o laboratório, o campo e outros lugares: gênese documental e tratamento técnico em arquivos de cientistas, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP) em fevereiro de 2003, sob orientação da Profa. Dra. Heloísa Liberalii Bellotto.

(CHARMASSON, 1999, p.13-14). Estes, geralmente considerados por seus titulares como arquivos privados, mesmo se o essencial de sua atividade de pesquisa tenha se desenrolado no quadro de um estabelecimento de pesquisa ou de ensino de caráter público.

O termo arquivo de cientistas permite compreender o conjunto arquivístico que reúne os documentos criados e utilizados por um indivíduo no transcurso de suas investigações e de outras funções e atividades. Alguém que percorreu os mais diversos caminhos do conhecimento humano, ocupando funções de pesquisador, professor universitário, formulador de políticas e administrador de instituições científicas e acadêmicas. Trajetórias profissionais e pessoais de cientistas que se movem de dentro para fora do laboratório e permanecem fazendo ciência, seja na condição de líderes de consórcios institucionais, dirigentes ou consultores, são desafios à teoria e a prática arquivística. Estes arquivos permitem estudar não apenas o papel deste ou daquele cientista no progresso do conhecimento, mas também o envolvimento familiar, intelectual e social.

Quanto a esta última categoria, segundo alguns autores, até um período mais contemporâneo, os arquivos pessoais dos cientistas parecem se confundir com os arquivos de laboratório onde desempenharam o papel de "patrões", "chefes de equipe" e isto gera inúmeras dificuldades em estabelecer uma distinção formal entre arquivos pessoais e arquivos de laboratório (CHARMASSON, 1999, p.14).

Ao longo de suas trajetórias profissionais, os cientistas são leitores e escritores que se situam em algum campo (ou campos) do conhecimento. Os cientistas do Instituto Salk, observados pelo filósofo Bruno Latour⁶ escreviam sobre aspectos do campo da "neuroendocrinologia". Os cientistas do Instituto Oswaldo Cruz, unidade de pesquisa da Fiocruz, situam-se nos campos das ciências biomédicas e biológicas, em suas mais diversas disciplinas, seja a parasitologia, a protozoologia, a entomologia, a fisiologia, a biologia molecular e a biotecnologia, a imunologia, apenas para citar algumas. Hoje, em um instituto com este perfil a pesquisa está estruturada em departamentos e/ou laboratórios, linhas, e projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Sobre essa espinha dorsal, alinham-se grupos de pesquisa intra e interinstitucionais. Formam-se as redes cooperativas de pesquisa e novas formas de produção, gestão e comunicação do conhecimento produzido.

A função de pesquisa ou investigação, certamente é aquela que demarca um conjunto de atividades específicas do trabalho científico. É a função por excelência e a partir dela surgem as demais funções, entre as quais o ensino. Como as demais, é

realizada fundamentalmente em ambientes institucionais. Nestes, o laboratório é o lugar de formulação das hipóteses, das experimentações, dos sucessos, dos fracassos e da produção de um determinado conhecimento, sobretudo nas chamadas "ciências da experimentação".

3 A ciência contemporânea e os arquivos

3.1 As ciências biomédicas: ciências da experimentação

As ciências experimentais não são representativas da totalidade do campo científico, contudo, as estruturas cognitivas que nelas são privilegiadas correspondem a uma "experiência social" bastante específica no contexto das ciências modernas. 7. Dentre as estruturas a que se refere Isabelle Stangers (2002) está o laboratório, lugar que confere sentido às normas de objetividade presentes na ciência moderna.

A ciência moderna é presidida por um modelo de racionalidade que se constituiu a partir da revolução científica do século XVI e foi desenvolvido nos séculos seguintes principalmente no domínio das ciências naturais. As idéias que conduzem à observação e à experimentação são as idéias objetivas a partir das quais se pode ascender a um conhecimento mais profundo e rigoroso da natureza. Essas idéias são as idéias matemáticas, que ocupam um lugar central na ciência moderna e deste fato derivam duas conseqüências. Em primeiro lugar, conhecer significa quantificar. Em segundo lugar, o método científico, assenta na redução da complexidade (SANTOS, 2002, p. 14-15).

No Brasil, a ciência experimental de laboratório no campo bacteriológico e as experiências que possibilitou remontam ao último quarto do século XIX⁸. No entanto, grande parte dos estudiosos de história das ciências e da saúde ainda operam com outros marcos de referência. Os passos iniciais da moderna medicina e pesquisa bacteriológica no país aconteceram nos primeiros anos da República, em São Paulo, em 1892, com a criação do Instituto Vacinogênico e no ano seguinte com o Instituto Bacteriológico, que pode ser considerado o primeiro laboratório bacteriológico moderno do Brasil e da América Latina, ao introduzir as técnicas mais avançadas da época e desempenhar papel fundamental na implantação das práticas microbiológicas de saúde pública no país.

Nesse mesmo período surgia outra instituição que cumpriria papel fundamental

⁶Latour; Woolgar, A vida de laboratório. Río de Janeiro: Relumé Dumará, 1997.

Ver Isabelle Stengers. A invenção das ciências modernas. Tradução de Max Altman. São Paulo: Ed. 34, 2002.

⁸ Ver Benchimol, Jaime Larry. Dos micróbios aos mosquitos: febre amarela e revolução pasteuriana no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Editora UFRJ, 1999.

na introdução da microbiologia entre nós: o Instituto de Manguinhos. Criado em 1900, e sob a liderança de Oswaldo Cruz desde 1902, o Instituto Soroterápico Federal além de produzir o soro antipestoso para combater a peste bubônica que assolava o país, já atingia o porto de Santos e ameaçava o Rio de janeiro, liderou as campanhas sanitárias contra a febre amarela e a peste, e deu início a um grande centro de medicina experimental.

Ao aliar pesquisa, produção e ensino, Manguinhos constituiu uma escola de medicina experimental e representou "um marco na história da cultura brasileira", na medida em que assinala uma ruptura com a tradição colonial do consumo de idéias e tecnologias européias e inaugura a produção de conhecimentos originais no campo biomédico (BENCHIMOL, 1990). Mais do que isso, consagrou o laboratório como lugar próprio de geração de conhecimentos legítimos e relevantes, ao mesmo tempo em que, soube combinar em um mesmo ambiente, a pesquisa científica e a formação de quadros profissionais para sua própria reprodução. Com o Instituto Oswaldo Cruz foi estabelecida uma tradição de pesquisa biomédica que na visão de Nancy Stepan (1976, p. 21), proporcionou os fundamentos para o desenvolvimento contínuo das ciências biomédicas no Brasil desde as primeiras décadas do século XX até os dias atuais.

Nos dias atuais, a pesquisa biomédica produzida nos laboratórios da Fiocruz é herdeira da teoria microbiana formulada por Louis Pasteur no final do século XIX, que provocou uma revolução da medicina e da biologia, e deu origem a uma tradição de pesquisa científica. Somente nas últimas três décadas do século XX, a biotecnologia conquistaria avanços sem precedentes com o desenvolvimento de técnicas que possibilitariam a manipulação direta dos genes dos seres vivos. Essas novas técnicas, que designam o que se passou a denominar de engenharia genética, constituem o resultado mais bem-sucedido de um conjunto de conhecimentos que vêm sendo construídos há meio século pela biologia molecular (AZEVEDO ET AL, 2002, p. 140).

3.2 Os arquivos das ciências biomédicas

A partir da década de 1990, as discussões e reflexões no campo arquivístico internacional tem sido definitivamente marcadas pelas temáticas relacionadas ao impacto das "novas tecnologias da informação". A Internet, as redes de comunicação, os documentos em meio eletrônico e seus "novos paradigmas" alcançaram as bases teóricas e as atividades práticas dos arquivistas. No Brasil, também vivenciamos esta tendência. Contudo, não menos importantes vêm sendo os esforços de grupos e profissionais, sintonizados com as questões da vida digital, mas, sobretudo cientes das inúmeras possibilidades de renovação dos estudos arquivísticos voltados à reflexão de natureza teórica e metodológica.

Nessa perspectiva, destacam-se as análises de Luciana Duranti (1994; 1996). Preocupada em reconhecer os documentos contemporâneos gerados em meio eletrônico, como prova de ação, a autora ao utilizar-se da diplomática com o olhar de um arquivista contemporâneo resgata aspectos importantes relacionados às características dos documentos de arquivo, dentre elas a autenticidade e a organicidade. Em seu trabalho clássico9, resultado da reunião de artigos publicados entre 1989 e 1992, Duranti realiza análises voltadas para a compreensão das formas documentais, das categorias de documentos e daquilo que define como documentos arquivísticos, isto é, "criados e recebidos por uma pessoa física e jurídica no curso de uma atividade prática".

Como desdobramento da pesquisa sobre arquivos pessoais de cientistas, parti para um projeto10 que, ao abordar a "gestão de documentos" como um dos componentes centrais da teoria arquivística, tem como objetivo realizar um estudo em laboratório das ciências biomédicas, buscando observar a gênese documental, as tipologias e espécies documentais e as práticas de manutenção e uso dos documentos ali identificados. Para tanto, parti da hipótese de que os elementos conceituais e metodológicos concebidos pelo conhecimento arquivístico com respeito ao tema da gestão de documentos encontramse ainda impregnados do "olhar da história" e, sobretudo de uma racionalidade técnica alinhada às práticas empíricas de organização que se defrontam permanentemente com a realidade mais complexa e levam a disciplina para a negação de seus fundamentos. destituindo-a de um estatuto científico 11.

As questões e hipótese levantadas servem como fio condutor deste trabalho para o qual escolhi como "pesquisa de campo" o Laboratório de Genômica Funcional e Bioinformática que até 2007 integrou o extinto Departamento de Bioquímica e Biologia Molecular (DBBM) do Instituto Oswaldo Cruz¹². A criação de uma área de biologia molecular e biotecnologia no início dos anos 80, sob a inspiração do pesquisador Carlos Morel teve

28

DURANTI, Luciana. Diplomática: usos nuevos para uma antigua ciencia. Trad. Manuel Vázquez. Carmona: S&C, 1996. (Biblioteca Archivistica, 5)

¹⁰ Projeto de doutorado intitulado A Arquivistica no laboratório: dimensões da história, da teoria e dos métodos de uma disciplina científica (Programa de História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo)

Ao analisar os diversos aspectos relacionados ao modelo de formação profissional, Camargo (2000) propugna um programa que combine a valorização dos conhecimentos teóricos com um saber utilitário ao "universo complexo, instável e por vezes conflituoso que se apresenta ao arquivista no seu trabalho quotidiano".

¹² O histórico de formação do grupo de pesquisa que pertence a este laboratório remonta a meados da década de 1980, a partir do trabalho desenvolvido pelo pesquisador Dr. Win M. Degrave na caracterização de minicírculos de kDNA de Trypanosoma cruzi no laboratório do pesquisador Carlos Morel. Pesquisador titular da Fundação Oswaldo Cruz, onde ingressou em 1978, Carlos Morel criou em 1980 o DBBM, onde desenvolveu uma nova técnica baseada em métodos de engenharia genética para caracterização de parasitos da Ordem Kinetoplastida, em particular tripanosomas e leishmânias (entre os quais os causadores da Doença de Chagas e das leishmanioses),

papel fundamental da formação do referido grupo de pesquisa e no desenvolvimento e consolidação do campo e de novas linhas de investigação na Fiocruz.

Alguns resultados das entrevistas com pesquisadores realizadas até o momento nos permitem destacar os seguintes pontos:

- As tecnologias da informação ingressaram de forma intensa nas diversas etapas do trabalho científico; as etapas da pesquisa e a da comunicação geram a cada dia menos documentos no suporte papel; a troca de mensagens entre pesquisadores e coleta bibliográfica são na sua quase totalidade produzidos e armazenados em meio eletrônico;
- 2. no trabalho na bancada ainda prevalece o caderno de protocolo considerado essencial, embora venha perdendo importância na medida em que é tragado pela voracidade do tempo dedicado às outras tarefas; é o principal registro que ainda permanece em suporte papel.
- Os cadernos de protocolo, os artigos, os projetos e relatórios de pesquisa são considerados os documentos essenciais como registros da atividade científica.
- 4. A profissionalização e o ingresso da ciência no mundo da economia, da "concorrência" etc, trazem para seus ambientes elementos que induzem ao compromisso com os procedimentos documentais; eles não são intrínsecos à atividade científica; contudo surgem normas e procedimentos para a criação de documentos como, por exemplo, livros de registro para experimentação, no âmbito de programas de indução à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação.

4 Considerações finais

O laboratório é o lugar da vida científica e fazemos esta afirmação sem prejuízo das outras funções e dos outros "lugares" onde atuam os cientístas. A materialização das mais evidentes da importância desse lugar da vida científica é o caderno de protocolo ou de laboratório¹³ que retrata o dia a dia da condução das experiências e ainda comporta

anotações dispersas como recortes, fotografias, listas de pessoas, tarefas etc. Para Welfelé (1994, p. 2-3), ele é "o documento de uma só pessoa", o último traço documental que ainda resta no mundo dominado pela criação e armazenamento de registros em meio eletrônico. No entanto, nos parece que não convêm monumentalizá-lo. Este "último traço", segundo Gerard Geison (2002, p. 28-29) é a expressão de vestígios incompletos de atividade "boa parte da qual permanece tácita, nada da qual é diretamente observável e a totalidade da qual tem de ser deduzida de anotações registradas, difíceis de decifrar e interpretar". Embora desenvolva toda sua argumentação sobre a ciência particular de Louis Pasteur a partir da análise dos cadernos de laboratório, Gerard Geison reitera que isto não significa que "esses documentos particulares" permitam de algum modo um acesso direto ao "verdadeiro" trabalho do cientista. Certamente é necessário averiguarmos se ainda se constituem como "diários" da pesquisa, ou ainda comportam anotações diversas com o "percurso do trabalho".

Os cadernos e inúmeros outros documentos que resultam, sobretudo, das atividades de experimentação e são encontrados nos arquivos de cientistas, não conhecem procedimentos regulares estabelecidos. Sobre eles não pairam prazos de vida útil ou data de prescrição. Não estão submetidos a instrumentos de regulação, embora os chamados cadernos de manipulação ou de protocolo em laboratórios que trabalham sobre experiências patenteáveis, sejam criados sob determinadas regras de registro e controle (WELFELÉ, 1994, p. 2).

Creio que aborda-se de forma demasiada a necessidade de "alertar os cientistas" para uma memória que pode desaparecer. A "retórica da perda" da memória tende a nos embaraçar a visão e, por conseguinte a compreensão. Esse enunciado e outros semelhantes devem dar lugar a iniciativas efetivas de programas de gestão de documentos nesses ambientes onde se produz a ciência, da qual os cientistas são atores fundamentais, mas não únicos. Para muitos, a ciência do início do século XX não é a mesma ciência de hoje, sua estrutura se altera de acordo com as épocas. Os trabalhos dos arquivistas franceses apontam em determinados momentos para esse aspecto, quando buscam respostas para aquilo que "desapareceu" dos laboratórios ou dos arquivos dos cientistas.

A ciência contemporânea se organiza em "novos arranjos", sob novas bases sociais, econômicas e políticas. No campo das ciências biomédicas algumas disciplinas sofreram mudanças, novos objetos e novas áreas surgiram com impactos significativos. O que é a bioinformática, por exemplo? É o casamento interdisciplinar da ciência da computação com a biologia molecular? Trata-se na verdade de um desdobramento novo, recente.

Neste sentido, percebemos a compreensão dos elementos presentes nas mudanças que se processam na ciência e na constituição dos seus arquivos como tarefa

¹³ Caderno de Laboratório: documento que contém as anotações brutas que testemunham a investigação cotidiana do pesquisador no ambiente do laboratório. Possui igualmente um valor probatório em casos de conflitos a propósito de determinada descoberta ou experiências realizadas no percurso de pesquisa. Em geral é de uso do pesquisador e não da equipe ou do laboratório. Podem ser de três tipos: diário das rotinas do laboratório; registro de experiências, testes ou exames; e métodos e técnicas de experiências e testes. Ver SANTOS, P. R. E. (2002), p. 158-159.

essencial, dentre outras, para que a arquivística se configure uma disciplina no sentido pleno do termo, reafirmando-se como um conjunto de princípios teóricos e métodos que possuem como objeto os diversos aspectos relacionados aos arquivos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marta de; DANTES, Maria Amélia M. O serviço sanitário de São Paulo, a saúde pública e a microbiologia. In: DANTES, Maria Amélia M. (Org.). Espaços da ciência no Brasil: 1800-1930. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001. Parte II, cap.5, p. 135—155.

AZEVEDO, Nara; FERREIRA, Luiz Otávio; KROPF, Simone Petraglia; HAMILTON, Wanda Susana. Pesquisa científica e inovação tecnológica: a via brasileira da biotecnologia. **Dados**: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 45, n. 1, 2002, p. 139-176.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Contribuições para uma abordagem diplomática dos arquivos pessoais. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p.169-174, 1998.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida, GOULART, Silvana. Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais: procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007. 316 p.

CHARMASSON, Thérese. Archives institutionelles et archives personelles. Les Cahiers de l'École Nationale du Patrimoine, Paris, n. 3, p. 13-23, 1999.

BENCHIMOL, Jaime L. (Coord). Manguinhos do sonho à vida: a ciência na belle époque. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 1990. 248 p.

DURANTI, Luciana. Diplomática: usos nuevos para una antigua ciencia. Tradução Manuel Vasquez. Carmona: S & C, 1996. 170 p. (Biblioteca Archivística, 5).

GEISON, Gerald. A ciência particular de Louis Pasteur. Rio de Janeiro: Fiocruz: Contraponto, 2002. 464 p.

LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997. 310 p.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências. 13. ed. Porto: Afrontamento, 2002. (História e Idéias, 1).

SANTOS, Paulo R. E. dos. Entre o laboratório, o campo e outros lugares: gênese documental e tratamento técnico em arquivos de cientistas. 162 f. (Mestrado em História Social)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

STENGERS, Isabelle. A invenção das ciências modernas. Tradução de Max Altman. São Paulo: Ed. 34, 2002, 208 p.

STEPAN, Nancy. **Gênese e evolução da ciência brasileira**: Oswaldo Cruz e a política de investigação científica e médica. Rio de janeiro: Artenova: Fundação Oswaldo Cruz, 1976. 188 p.

WELFELÉ, Odile. Les archives scientifiques en France. 1994. Trabalho apresentado na IV Conferencia Europea sobre Archivos em Lancaster, 13-18 sept 1994.

_____. A proveta arquivada: reflexões sobre os arquivos e os documentos oriundos da prática científica contemporânea. Tradução Maria Celina de Melo e Silva. Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 65-72, jan./ jun. 2004.

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL) Acervo Bibliográfico

ARQUIVOS PESSOAIS E DOCUMENTOS DIGITAIS Uma reflexão em torno de contradições

Lucia Maria Velloso de Oliveira

Doutoranda em História Social pela Universidade de São Paulo Mestre em Ciência da Informação pelo Programa IBICT – UFF Graduada em História e em Arquivologia Chefe do Serviço de Arquivo Histórico e Institucional da FCRB luciamaria@rb.gov.br

RESUMO

Diferente dos arquivos corporativos, os arquivos pessoais trazem em si elementos de traços da personalidade, de juízos de valor, preconceitos, anseios, etc. do titular do arquivo e de sua rede de relacionamentos. A compreensão e preservação dos arquivos pessoais permitem a análise de nossa sociedade e a percepção de nossa identidade. Uma vez inserida a problemática da tecnologia digital no contexto do arquivo pessoal, a preservação dos documentos deixa de ser uma questão a ser observada após o processo de recolhimento a uma instituição de custódia. Há a necessidade de intervenção arquivística durante o processo pré-custodial, mas, para tal, as instituições de custódia de acervos devem definir suas políticas de aquisição.

Palavras-chave: Arquivologia; Arquivo pessoal; Preservação digital; Política de aquisição de acervo arquivístico.

Personal archives and digital documents: thinking about contradictions

Abstract

Differently from the corporative archives, the personal ones have signs of personality, values, prejudices, desires, etc. of the creator and of his/hers relationship's net. The understanding and preservation of the personal archives allow the analyses of our society and the perception of our identity. Once the digital documents were included in the context of the personal archives, its preservation is no longer an issue to be considered in the custodial moment. It is absolutely necessary a previous intervention in the moment of the production of the archive, but just after the institutions of memory have established their acquisition policies.

Key-words: Archival science; Personal archive; Digital preservation; Collection acquisition policy.

A proposta desse trabalho é a análise dos arquivos pessoais que já trazem em si a problemática da mídia digital. É ainda incipiente a produção de conhecimento sobre o tema. Pretendemos apresentar uma hipótese para a análise da questão inserindo-a em uma perspectiva de processo decisório técnico-científico e político. Esperamos contribuir para a inclusão da reflexão do tema na pauta da comunidade arquivística.

Particular desde o momento de sua produção, o documento de arquivo distingui-se dos demais documentos. Uma de suas principais características está centrada no processo que o gerou. O documento de arquivo é evidência de uma ou mais atividades, de processos e de funções.

Porque são produzidos como meio e não como fim em si mesmos, os arquivos são capazes de assegurar um testemunho autêntico das ações, processos, e procedimentos que provocaram a sua existência. Para a pergunta sobre o que é único em relação ao valor sócio-cultural dos arquivos e que justifica sua contínua preservação, nós podemos responder que o fator que distingue os arquivos é o fato que podem prover a mais imparcial reflexão desses valores – não a mais verdadeira, nem a mais objetiva, nem a versão mais completa, simplesmente a mais imparcial. (MACNEIL, 1994, p. 13, tradução nossa).

Os documentos estão ligados por um elo que é definido pela razão de produção dos mesmos e pela função que têm a cumprir. Essas conexões entre documentos e processos espelham uma rede de relacionamentos que expressa as relações de negócios, as relações pessoais, políticas, culturais, etc que lhes deu origem.

Identificar, conhecer e analisar essa rede é uma das tarefas pertinentes ao ofício do arquivista. O resultado dessa atividade permite a compreensão dos arquivos e subsidia o trabalho de organização dos mesmos.

Thomassen (2006) aborda a questão do contexto arquivístico com propriedade:

O contexto arquivístico é constituído por todos os fatores ambientais que decidem como os arquivos foram gerados, estruturados, gerenciados e interpretados. Os fatores ambientais que diretamente determinam os conteúdos, forma e estrutura dos arquivos podem ser distintos, dentro do contexto de proveniência, de gerenciamento e de uso. Esses fatores por sua vez são determinados pelos contextos sócio-político, cultural e econômico. (THOMASSEN, 2006, p.5).

Para a representação da complexidade da constituição de um arquivo, somente a análise dos documentos arquivísticos não é mais suficiente face ao crescente processo de disponibilização dos instrumentos de pesquisa por meio da Internet. Gradativamente as instituições vêm oferecendo aos usuários de seus serviços o acesso às bases de dados com informações sobre os arquivos sob sua custódia. A perspectiva do acesso pelos usuários às informações sobre os acervos, mediados pelo ambiente WEB, sem a intervenção direta do profissional de referência, exige dos arquivistas uma maior preocupação em compreender o aspecto social, político e histórico referente ao período de produção dos arquivos, bem como em definir um programa descritivo que ofereça maior clareza dos conteúdos informacionais sobre os acervos.

Nessa abordagem em que o processo de representação dos acervos arquivisticos está centrado no usuário e no acesso às informações em ambiente WEB, os limites dos elementos explicitados nos conteúdos e os limites das características documentárias são ultrapassados para buscar uma maior compreensão dos acervos, e, conseqüentemente, viabilizar um canal de comunicação mais eficaz com o usuário.

O trabalho prévio de pesquisa que é realizado com o objetivo de melhor compreender o arquivo a ser organizado fundamenta decisões metodológicas quanto: à definição do arranjo e sua estrutura interna; ao programa descritivo a ser adotado; e à política de acesso.

A compreensão, organização e preservação desses arquivos nos permitem compreender nossa sociedade, nossa identidade, e o nosso lugar no mundo.

E esse é o viés dessa abordagem.

Na perspectiva de Nora (1993), os lugares de memória são produzidos e possuem um papel social de instrumentos de perpetuação.

Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, autos de processos, monumentos, santuários, associações, são como a ponta de um iceberg que testemunha uma outra época, ilusões de eternidade [...]. (NORA, 1993, p.12).

Ao retratar o documento, Le Goff (1992, p. 547-548) o apresenta como inscrito em um contexto histórico. É produto da sociedade que o produziu e que o preservou. Desta forma seu significado aparente deve ser entendido como algo que pode variar conforme a época, lugar, grupo social e indivíduos. Para o autor, o documento perpetua. "O documento é monumento".

Os arquivistas Schwartz e Cook reconhecem o poder dos arquivos sobre a criação da memória coletiva e da identidade nacional. "Arquivos são construções sociais" (2004, p. 19, tradução nossa). Segundo os autores, os arquivos desde a Antiguidade estão relacionados ao poder e aos que o detém. E é dentro desse contexto em que os arquivos são produzidos e preservados, que se define os registros que serão conhecidos no futuro e o que será esquecido pela sociedade.

Thomassen (2006) analisa os arquivos e suas funções em relação à memória. Para o autor os arquivos

funcionam como memória dos produtores de documentos e da sociedade de forma geral. Tanto os produtos de documentos públicos quanto privados mantêm registros para lembrar ou para serem lembrados. Eles precisam de suas memórias individuais e organizacionais para que possam manter sua capacidade de serem entendidos e de documentar a sua própria história. É importante para a sociedade que as organizações funcionem bem, que indivíduos e associações sejam responsáveis por seus atos, e que registros de valores culturais duradouros sejam preservados através do tempo. (THOMASSEN, 2006, p. 6).

Entendemos os arquivos pessoais como o conjunto de documentos produzidos ou recebidos, e mantidos por pessoa física ao longo de sua vida e em decorrência de suas atividades e função social. Desse modo, são evidências de uma pessoa e de seu papel na sociedade, em um sentido mais amplo.

Terry Cook, compara os arquivos pessoais e os arquivos públicos:

Primeiro ambos são artefatos de registro derivados de uma atividade; os arquivos são evidências das transações da vida humana, seja ela organizacional, è, por conseguinte oficial, seja individual, e, portanto pessoal. [...] Em segundo lugar, os arquivistas, tanto nos arquivos públicos quanto nos pessoais, freqüentemente usam procedimentos técnicos e métodos semelhantes, em termos de como acessam, descrevem, armazenam

fisicamente e conservam os arquivos e os colocam à disposição para fins de pesquisa (COOK, 1998, p.131).

Diferente dos arquivos corporativos, os arquivos pessoais trazem em si elementos de traços da personalidade, de juízos de valor, preconceitos, anseios, opiniões sobre assuntos diversos que expressam os interesses e atividades dos produtores dos arquivos e das pessoas com as quais se relacionaram. O potencial de informação dos arquivos pessoais é enorme.

Muitos são os usuários dos arquivos pessoais. Podemos mencionar os historiadores, os genealogistas, os sociólogos, jornalistas, e os produtores culturais. Cada categoria de usuário com uma demanda distinta. A crescente visibilidade desses arquivos no cenário da WEB, com a disponibilização *on-line* de seus instrumentos de pesquisa amplia-se esse universo de categorias e diversifica-se as questões de interesse.

É importante ressaltar que o ingresso de um arquivo pessoal em um lugar de memória se dá, já atribuído, o seu valor permanente e de relevância para a sociedade. A decisão de preservação dos documentos ocorre devido ao reconhecimento por parte da sociedade do papel social do titular do acervo.

A instituição que assume a custódia do acervo recebe um conjunto de documentos já definido, e que, muitas vezes, sofreu alguma forma de interferência por parte dos herdeiros do arquivo, após o processo de produção e acumulação. As famílias dos titulares dos acervos usualmente selecionam o que deverá ser preservado nas instituições de custódia. Em muitos casos o conjunto que ingressa nos lugares de memória é resultado desse processo de seleção com base nos valores, julgamentos e olhares dos familiares. O procedimento de avaliação, segundo o conceito arquivístico, não é aplicado no cenário dos arquivos pessoais. A definição do valor permanente do arquivo pessoal não é resultado da implementação de metodologia específica para definição dos valores histórico, probatório ou informativo, ou mesmo da aplicação de uma tabela de temporalidade.

Contudo, a utilização de ferramentas e de tecnologia digital apresenta questões aos arquivistas:

- Como processar esses documentos já ingressos com a classificação de permanentes nos ambientes de memória e que são produzidos por ferramentas transitórias e em suportes provisórios?
- Como perpetuar um documento que já é produzido com a sombra do efêmero?

Esse é o grande desafio.

Artiéres (1998) retrata as referências de um cotidiano que podem ser encontradas em qualquer arquivo pessoal:

Imaginemos por um instante um lugar onde tivéssemos conservado todos os arquivos das nossas vidas, um local onde estivessem reunidos os rascunhos, os ante-textos das nossas existências. Encontraríamos ai passagens de avião, tíquetes de metrô, listas de tarefas, notas de lavanderia, contracheques; encontraríamos também velhas fotos amarelecidas. No meio da confusão. descobriríamos cartas; correspondências administrativas e cartas apaixonadas dirigidas à bem-amada, misturadas com cartões postais escritos num canto de mesa longe de casa ou ainda com aquele telegrama urgente anunciando um nascimento. Entre a papelada, faríamos achados: poderia acontecer de esbarrarmos com nosso diário da adolescência ou ainda com algumas páginas manuscritas intituladas "Minhas lembranças de infância". (ARTIÈRES, 1998, p. 9).

Poderíamos acrescentar à sua fala, os cachos de cabelo, os álbuns fotográficos, as fitas, os santinhos, os convites, as dedicatórias e tantos mais... No entanto, a contemporaneidade nos remete às novas formas de registro: as passagens aéreas se transformam em e-tickets, as cartas em e-mails, os postais em postais virtuais, os álbuns fotográficos em álbuns digitais, e, muitas vezes, visualizados no *Orkut*, em *Blogs*, e esses últimos também são utilizados como os antigos diários. Os convites para casamentos e outros eventos transformaram-se em convites virtuais, afinal a mala direta on-line é infindável e rapidamente atualizada, o imposto de renda já fazemos on-line, etc.

O produtor de um arquivo imprime na reunião de seus documentos sua versão sobre sua vida e seu papel social. Esse processo muitas vezes não se dá de forma consciente pelo produtor, mas ao decidir pela acumulação dos documentos fica evidenciado o caráter intencional de preservar para gerações futuras os registros de sua atuação social. Essa perspectiva é importante para a compreensão do arquivo.

Os arquivistas percebem, a partir do processo de reunião de documentos, que alguns titulares, por exemplo, acumulam seus rascunhos de cartas, descartam uma seqüência de correspondência (que conseguimos mapear a existência anterior por meio das citações em outros documentos), mantêm coleções de recortes de jornais (uma seleção de assuntos de seu interesse), etc... A acumulação dos documentos é conseqüência não somente das atividades e experiências do produtor do arquivo, mas também de suas escolhas.

o arquivamento do eu não é uma prática neutra; é muitas vezes a única ocasião de um indivíduo se fazer ver tal como ele se vê e tal como ele desejaria ser visto. Arquivar a própria vida é simbolicamente preparar o próprio processo: reunir as peças necessárias para a própria defesa organizá-las para refutar a representação que os outros têm de nós. Arquivar a própria vida é desafiar a ordem das coisas: a justiça dos homens assim como o trabalho do tempo. (ARTIERES, 1998, p. 31).

A autora aqui dialoga com a abordagem de Sue McKemmish expressa em seu artigo intitulado, Evidence of me:

De acordo com meu ponto de vista o arquivo pessoal não deve ser tratado como se possuísse simples evidências, mas como um lugar de múltiplos constructos — de um individuo, suas defesas, suas lutas com suas idéias e com as dos outros, e simultaneamente, de forma contraditória, convincente e engenhosa. (HOBBS, 2001, p. 132, tradução nossa).

Ao analisarmos os arquivos pessoais, a expressão do testemunho é mais contundente visto que perpassa pela intimidade do produtor do acervo e de todos com os quais se relaciona.

Hobbs propõe uma reflexão sobre a constituição dos arquivos pessoais:

Os arquivos pessoais refletem não somente o que as pessoas fazem ou pensam, mas quem são, como vêem e experimentam suas vidas. Um indivíduo cria seu arquivo para atender suas necessidades ou predileções ou personalidade, e não porque alguma lei, estatuto, regulamento ou política corporativa disse que devia criá-lo. É claro que existem exceções, como formulários de imposto de renda e assim por diante, mas esses documentos refletem a persona pública do indivíduo e suas ações oficiais, não sua alma ou personalidade. (HOBBS, 2001, p. 128, tradução nossa).

Livre do processo de negócios típico do cenário organizacional, a rede de relações entre as pessoas, entre as pessoas e as instituições, os fatos históricos, o contexto

social, os pensamentos e sentimentos que são registrados no contexto do arquivo pessoal exigem do arquivista um esforço investigativo complexo. A vida pessoal não é marcada de modo tão rigoroso por normas, estatutos, procedimentos, regras e modelos.

As inovações tecnológicas possibilitam diferentes processos de produção de documentos e diferentes mídias de armazenamento da informação. A realidade que se apresenta é híbrida, de convivência entre as tecnologias mais tradicionais e seus meios de armazenamento e os novos processos tecnológicos e suas mídias.

Entretanto, a questão permanece:

 E quanto à preservação desses documentos digitais, perenes e contraditoriamente, considerados como constituintes da memória de uma sociedade?

Cook sugere uma postura proativa do arquivista:

[...] no caso dos registros eletrônicos, com seus documentos transitórios e virtuais, suas bases de dados relacionais e de propósitos múltiplos, e suas redes de comunicação informais, e não hierarquizadas, que englobam várias instituições, nenhum registro confiável chegará sequer a sobreviver para ficar à espera de que o arquivista o preserve após o fato - a menos que o arquivista intervenha na vida ativa do documento, de modo semelhante ao que sugeri acima, influenciando assim o comportamento organizacional dos criadores dos registros, suas culturas de trabalho e desenho de seus sistemas de computadores ou estratégias de implementação, preferivelmente antes que o primeiro documento tenha sido de fato criado. (COOK, 1998, p.137).

Adrian Cunningham em seu artigo intitulado Waiting for the ghost train: strategies for managing electronic personal records before it is too late, de 1999, reitera suas preocupações explicitadas em artigo anterior, de 1994, quanto à necessidade de discussão sobre a questão dos documentos digitais nos arquivos pessoais. Para o autor a problemática se encontrava restrita aos arquivos corporativos. Ainda hoje a produção de conhecimento sobre a temática da preservação digital permanece centrada no âmbito da produção arquivistica organizacional.

No momento, vamos nos ater apenas a três das considerações de Cunningham (1999):

A primeira refere-se à postura proativa do arquivista em relação aos arquivos pessoais e quanto a interferir nos processos de produção, gerenciamento e documentação

ainda em sua fase pré-custodial, ou seja, antes que o arquivo seja de fato recolhido para custódia permanente.

Essa recomendação é bastante instigante uma vez que, deveríamos conhecer à priori quais arquivos pessoais seriam recolhidos aos arquivos de custódia. Além disso, deveríamos predefinir quais arquivos devem constituir a memória de nossa sociedade. No entanto, tais escolhas se dariam ainda na fase de produção desses arquivos.

Quais são os arquivos pessoais que estão sendo produzidos hoje que serão relevantes para a sociedade no futuro?

A abordagem de Cunningham indica um conjunto de ações que devem ser protagonizadas pelos arquivistas, como:

[...]aprodução de guias voltados para categorias específicas de produtores de arquivos pessoais como cientistas, escritores, etc. Devem incluir um trabalho conjunto com desenvolvedores de softwares e representantes para encorajar a incorporação dos elementos que assegurem a funcionalidade e a documentação na estação de trabalho e aplicativos utilizados pelos produtores dos arquivos pessoais. (CUNNINGHAM, 1999, p. 5, tradução nossa).

A segunda orientação remete-se ao serviço arquivístico encarregado de custodiar acervos pessoais com documentos digitais. Para Cunningham, é necessário que se adote medidas de "migração ou conversão de arquivos eletrônicos em formatos padrão e assegure acesso on-line aos documentos eletrônicos para o usuário remoto" (CUNNINGHAM, 1999, p. 3, tradução nossa).

A terceira consideração refere-se à questão da capacitação do arquivista:

a necessidade de treinamento e capacitação em Tecnologia da Informação para os arquivistas que trabalham com arquivos pessoais e a inclusão de especialista em Tecnologia da Informação para apoiar o trabalho técnico que envolve o gerenciamento eletrônico de documentos. (CUNNINGHAM, 1999, p. 3, tradução nossa)

As instituições que têm sob custódia arquivos pessoais necessitam ampliar a discussão da preservação digital, trazendo-a para o contexto dos arquivos que são produzidos por indivíduos, sem a estrutura organizacional. Essa contradição entre o caráter permanente e perene do documento digital nos arquivos pessoais deve ser inserida na pauta da produção de conhecimento da área.

Arquivos são autênticos somente quando são produzidos devido a uma necessidade de registro de um ato e quando são preservados e mantidos como testemunho confiável do fato ou ato de seu produtor e de seus sucessores. Para serem autênticos memoriais de atividades passadas, documentos precisam ser produzidos, preservados e custodiados de acordo com procedimentos que possam ser atestados. (EASTWOOD, 1994, p.127, tradução nossa).

Já temos vasta produção de conhecimento sobre a temática da preservação e sobre as medidas que devem ser adotadas para assegurar uma maior longevidade dos documentos digitais dentro dos critérios arquivísticos. Podemos mencionar o Projeto Interpares, o Projeto de Pittsburgh, a Carta de Preservação Brasileira, e recentemente o projeto Paradigm, da Bodleian Library and John Rylands University Library in the UK ¹. A problemática até então vêm sendo exaustivamente analisada no escopo dos arquivos públicos ou corporativos. Os procedimentos apontados pelos diversos grupos de pesquisa para a preservação dos documentos digitais podem ser aplicados no contexto dos arquivos pessoais. Afinal os processos tecnológicos e as mídias adotadas não diferem.

Koltun aponta a diferença na questão da preservação dos documentos digitais em relação aos documentos tradicionais. Assegurar a preservação não é uma questão a ser observada no final do processo, quando o documento passa a ser custodiado e sim, uma questão inicial, do momento de sua produção. "Os documentos digitais são tão efêmeros e dependentes tecnológicos, que precisam ser salvos, no momento de sua produção, ou serão perdidos" (KOLTUN, 1999, p. 119, tradução nossa).

A autora se aproxima de Cunningham e de Terry Cook quando sugere que o arquivista deve desenvolver uma postura proativa "como os produtores de documentos, os arquivistas devem pensar os arquivos antes deles serem produzidos e não depois que foram deixados".(KOLTUN, 1999, p. 119, tradução nossa).

De acordo com Koltun,

o documento digital representa o primeiro meio coletado pelos arquivos que é totalmente dependente da funcionalidade arquivística desde seu nascimento, sua definição de valor, e sua vida contínua. Esses não são arquivos que seus valores derivam do organismo que lhes

deu origem, mas dos princípios teóricos e de seleção dos arquivistas que identificam suas fontes e escopo, julgam seus valores, selecionam e preservam os documentos antes de sua produção e os avalia mais uma vez após sua criação. Eles existem como criações da intencionalidade arquivística, naturalizada por arquivistas como manifestações externas das ações de outros. (KOLTUN, 1999, p. 123, tradução nossa).

De acordo com a literatura da área é consenso que a estratégia para preservação dos documentos digitais de arquivos pessoais está vinculada à intervenção no processo de produção e no gerenciamento desses documentos ainda em fase não custodial. No entanto, existem algumas perguntas significativas que refletem o quadro geral:

- Quem define o que é de interesse para a história da sociedade?
- Quem é responsável por identificar na sociedade os arquivos pessoais em sua fase de produção, que oferecem uma maior contribuição à história da sociedade, à literatura, à ciência, etc. e, que, portanto devem ser preservados?
- Como definir uma estratégia de preservação para os produtores dos arquivos pessoais? E como assegurar que a mesma seja cumprida?

A questão central parece mais complexa do que supomos e pressupõe uma explícita e consciente escolha, por parte de todos os agentes envolvidos (instituições de custódia, arquivistas e segmentos da sociedade), do que representará o passado.

Antes, no âmbito dos documentos em formatos tradicionais era possível ocasionalmente, perceber uma tendência a uma perpetuação do sujeito, produtor de um arquivo, marcada pelo cuidado na reunião e guarda de seus papéis e de outros documentos. Esse processo se iniciava usualmente quando o próprio sujeito já se identificava como uma pessoa em seu tempo presente com reconhecimento da sociedade como um todo ou de uma camada da mesma.

Tradicionalmente, os documentos dos titulares de arquivos pessoais que se destacaram na sociedade são recolhidos aos lugares de memória como um legado, uma herança, um conjunto representativo de uma vida e de um passado.

A questão do documento digital nos arquivos pessoais parece apontar para a necessidade das instituições arquivísticas, dos serviços arquivísticos, obviamente seus gestores e arquivistas, definirem uma **Política de aquisição** de acervos no tempo presente.

¹ O projeto estudou particularmente a questão associada aos arquivos pessoais, no período de 2005 a 2007.

Essa perspectiva pressupõe uma revisão das práticas que são adotadas pelas instituições de custódia, inclui no escopo das políticas arquivísticas institucionais a discussão da aquisição de acervos, da definição de linhas de acervo, além da elaboração e implantação de procedimentos prévios ao ingresso dos arquivos pessoais aos lugares de memória, de normas, instrumentos jurídicos e iniciativas de gestão como um todo. Tal processo implica no reconhecimento que esta política estabelecerá no momento presente quais registros serão representativos de um passado. Trata-se de um processo dinâmico sujeito à revisão e redirecionamento.

As políticas de aquisição de cada instituição oportunamente devem dispor sobre oscritérios técnico-científicos para nortear as escolhas e as estratégias que definem o que fará parte da história da sociedade, de acordo com a missão e linhas de acervo das instituições.

Não pretendemos reduzir o quadro ao discurso técnico-científico, e sim, reconhecemos que a discussão desses critérios está inserida em um contexto político institucional mais amplo e que pode extrapolar a problemática arquivística. Contudo, devemos almejar a preservação dos registros independentemente de admirações pessoa isede administrações indíviduais inscritas em um determinado período de gestão.

As instituições podem estabelecer estratégias de mapeamento desses arquivos e, por fim, as estratégias de aquisição. Dentro desse novo contexto serão então, estabelecidos os procedimentos e rotinas de produção e de gerenciamento na fase pré—custodial.

Ao produtor do acervo será solicitada a percepção que está produzindo um arquivo de relevância para a sociedade e que deve ser preservado para as futuras gerações.

As escolhas feitas decorrentes desse processo político poderão ser objeto de nova análise no momento do ingresso do acervo para a instituição de custódia.

O centro da questão extrapola os critérios e procedimentos que determinam rotinas de produção, de manutenção, de gerenciamento, de elaboração de metadados, etc.

— Devemos envidar esforços para que sejam estabelecidas políticas institucionais de aquisição de acervos pessoais, e, desta forma, assegurar no presente a preservação dos arquivos ainda em produção e que serão utilizados no futuro para o conhecimento de um passado.

REFERÊNCIAS

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 9-34, 1998.

BEARMAN, David. Record-keeping systems. Archivaria, n. 36, p. 16-36, 1993.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 129-149, 1998.

CUNNINGHAM, Adrian. Waiting for the ghost train: strategies for managing electronic personal records before it is too late. 1999. p. 1-8. Disponível em: http://www.mybestdocs.com/cunningham-waiting2.htm>. Acesso em: 8 fev. 2008.

DUCROT, Ariane. A classificação dos arquivos pessoais e familiares. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 151-168, 1998.

EASTWOOD, Terry. What is archival theory and why is it important? **Archivaria**, n. 37, p. 122-130, 1994.

GILLILAND-SWETLAND, Anne J.; KINNEY, Greg. Uses of electronic communication to document an academic community: a research report. **Archivaria**, n. 38, p. 79-96, 1994.

HOBBS, Catherine. The character of personal archives: reflections on the value of records of individuals. **Archivaria**, n. 52, p.126-135, 2001. Disponível em: http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/12817-14858-1. Acesso em: 18 maio 2007.

KOLTUN, Lilly. The promise and the threat of digital options in an archival age. **Archivaria**, n. 47, p. 114-135, 1999. Disponível em: http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/aticle/view/12700/13874. Acesso em: 8 fev. 2008.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão et al. 2. ed. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1992. p. 423-484. (Coleção Repertório).

MACNEIL, Heather. Archival theory and practice: between two paradigms. **Archivaria**, n. 37, p.6-20, 1994.

MARTIN, Kristin E. Analysis of remote reference correspondence at a large academic manuscripts collection. The American Archivist, v. 64, p. 17-42, Spring/Summer 2001

MCKEMMISH, Sue. Evidence of me... **Archives and manuscripts**, v. 24, n. 1, may 1996. p.1-16. Disponivel em: http://www.mybestdocs.com/mckemmish-s-evidofme-

ch10.htm>, Acesso em: 18 fev. 2008. 16 p.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Trad. de Iara Aun Khoury. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-46, dez. 1993.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

SCHWARTZ, Joan M.; COOK, Terry. Arquivos, documentos e poder: a construção da memória moderna. Tradução de Cylaine Maria das Neves; Maria Cristina Vendrameto; Pedro Condoleo de Queiroz. **Registro:** revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba, v. 3, n. 3, p.18 - 33, jul. 2004.

TAYLOR, Hugh. The archivists, the letter, and spirit. Archivaria, n. 43, p. 1-16, spring, 1997. Disponível em: http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/12174-13887-1. Acesso em: 18 maio 2007.

THOMASSEN, Theo. A first introduction to archival science. Revista Arquivo e Administração, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, jan/jun. 2006.

____. Making archives accessible: increasing pluriformity in pursuing illusions. Arkistoyndistyksen Julkaisuja, Helsing, n. 9, p. 31-68, 2004.

_____. Turning archival thinking upside down: archival theory and the use of data bases. In: ENCONTRO DE BASES DE DADOS SOBRE INFORMAÇÕES ARQUIVÍSTICAS, 2., 2007, Rio de Janeiro. Anais do... Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2007. p. 10-21.

AS TRANSFORMAÇÕES NO CENÁRIO ARQUIVÍSTICO FEDERAL

Ana Celeste Indolfo
Mestre em Ciência da Informação
Professora da
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO
Especialista de Nível Superior do Arquivo Nacional
indolfo@bol.com.br

RESUMO

Examina o alcance das normas arquivísticas, instituídas pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), no quadro geral da formulação e implantação de políticas públicas arquivísticas. A pesquisa analisa os órgãos do Poder Executivo Federal que, no período de 1996 a 2006, adotaram os instrumentos de classificação e avaliação de documentos. Expõe a situação dos serviços arquivísticos federais, nos anos de 1980, para verificar as transformações ocorridas no cenário arquivístico federal, decorridos 10 anos da elaboração e aplicação dos instrumentos normativos de gestão de documentos. Analisa a atuação do Arquivo Nacional no desenvolvimento das atividades de gestão de documentos junto aos órgãos do Poder Executivo Federal quanto à: instituição de comissão permanente de avaliação de documentos; implementação de atividades de classificação e avaliação com a aplicação do código de classificação e da tabela de temporalidade e destinação de documentos de arquivo, referentes às atividades-meio e atividades-fim, e a publicação de editais de ciência de eliminação, no Diário Oficial da União, mediante autorização do Arquivo Nacional.

Palavras-chave: Norma arquivistica; Política pública arquivistica; Poder Executivo Federal; Conselho Nacional de Arquivos (Brasil); Arquivo Nacional (Brasil).

1 Introdução

Este artigo apresenta os resultados da pesquisa desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, da Universidade Federal Fluminense em convênio com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, para a obtenção do grau de Mestre em Ciência da Informação.

A Dissertação de Mestrado tem como tema o estudo das normas arquivísticas, instituídas pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), no quadro geral de análise da elaboração, implementação e implantação de políticas públicas arquivísticas.

A pesquisa teve como objetivo analisar as possíveis transformações no cenário arquivístico federal, no período de 1996 a 2006, a partir da aplicação dos instrumentos de gestão de documentos preconizados pelas normas arquivísticas, verificando os resultados obtidos segundo os pressupostos teóricos vistos na literatura sobre a formulação e implantação de políticas públicas.

A situação em que se encontravam os serviços arquivísticos federais, sinalizada pelas atividades censitárias realizadas pelo Arquivo Nacional na década de 1980, e os resultados das pesquisas acadêmicas de Jardim (1995 e 1999), Sousa (1995) e Oliveira (1997), serviram de base para o estabelecimento da proposta de pesquisa.

As afirmações expressas por Jardim (1995, p. 110-123) quando da análise das falas dos entrevistados, em sua pesquisa, conduziram a construção desta pesquisa quanto à capacidade e a intensidade das normas arquivísticas de transformarem o quadro que ora se apresentava, uma vez que a produção de normas era apontada pelos entrevistados como garantia para a superação do caos documental.

A capacidade homogeneizante da norma e seu caráter uniformizador pareciam, aos entrevistados, prometer uma ordenação aos arquivos públicos e possibilitar que as diferenças existentes num país de dimensões continentais fossem ultrapassadas.

A situação do caos informacional sinalizada por essas pesquisas permitia observar que os problemas arquivísticos principais dos órgãos governamentais eram dois: a perda do controle do acervo e a dificuldade de acessar às informações.

Esses problemas nortearam os questionamentos da pesquisa:

1º - o uso e a aplicação, pelos órgãos do Poder Executivo Federal, dos instrumentos técnicos de gestão de documentos, produzidos pelas Câmaras Técnicasdo CONARQ, decorridos 10 anos de sua publicação, vêma companhados da elaboração e implementação de políticas públicas arquivísticas?

2° - o cenário arquivístico federal, apresentado pelas atividades censitárias e analisado pelas pesquisas acadêmicas de Jardim, Sousa e Oliveira, vem passando por transformações que tenham contribuído para ampliar o acesso à informação governamental pelo administrador público e pelo cidadão?

O texto, a seguir, contempla a análise da ocorrência de transformações

no cenário arquivístico federal, procurando-se responder aos questionamentos que direcionaram os pressupostos teóricos da pesquisa.

2 Serviços arquivísticos federais nos anos de 1980

Entre 1981 e 1983, o Arquivo Nacional realizou, na cidade do Rio de Janeiro, um primeiro diagnóstico em que, uma equipe de trabalho denominada Grupo de Identificação de Fundos Externos (GIFE), visitou 198 (cento e noventa e oito) arquivos de órgãos da administração pública federal direta e autárquica.

O objetivo dessa atividade era conhecer a realidade documental dos serviços federais, bem como adquirir informações sobre os acervos documentais que, por diversas razões, ainda não se encontravam sob a guarda do Arquivo Nacional.

No ano de 1984, o Departamento de Administração do Serviço Público (DASP), também, realizou um levantamento da situação dos arquivos da Administração Pública Federal Direta e Autarquias, por intermédio de um questionário. Dos órgãos consultados, obteve-se resposta de 964 (novecentos e sessenta e quatro) arquivos.

Os resultados obtidos nos dois diagnósticos em muito se assemelharam, apesar da dimensão do universo ser diferenciado.

Quadro 1 - Situação geral dos arquivos

	GIFE	DASP
Número de arquivos	198	964
Mensuração dos documentos escritos	124.135 metros lineares	152.391 metros lineares
Datas-limite dos acervos	1700 a 1983	1735 a 1984
Condições de conservação dos acervos	sofriveis em 52 %	regulares para a maioria
Condições dos depósitos	sofríveis em 75 %	regulares para a maioria
Documentos de natureza administrativa	representam 70 %	representam 45 %
Documentos de natureza técnica	representam 5 %	representam 5 %

Quadro 2 - Percentual de arquivos que realizam atividades de avaliação de documentos

	GIFE	DASP
Eliminação de documentos	37 %	48 %
Existência de Comissão de Avaliação	9 %	12 %
Utilização de Tabela de Temporalidade	5 %	22 %

Esses diagnósticos serviram de base para a elaboração das recomendações contidas no Relatório final apresentado, em 1987, pela Comissão Especial de Preservação do Acervo Documental (CEPAD), integrante da Câmara V – Racionalização, Simplificação e Descentralização Administrativa - da Reforma Administrativa Federal.

A CEPAD foi criada para analisar e propor mudanças para os serviços de arquivo, biblioteca e museu pertencentes à administração pública federal, atendendo uma reivindicação dos profissionais da área de informação e documentação no serviço público.

A análise apresentada pelo Relatório final da CEPAD destacou os seguintes problemas com relação ao segmento dos arquivos:

- a ineficiência dos serviços arquivísticos prestados, tanto para a própria administração como para o cidadão, devido à carência quantitativa e qualitativa de recursos humanos e materiais;
- o baixo nível hierárquico, na estrutura organizacional da administração, das unidades administrativas responsáveis pelo tratamento da documentação;
- a inexistência de critérios de avaliação, transferência e recolhimento devido ao volume de documentos encontrados nos órgãos públicos e às precárias condições de tratamento técnico, além das inadequadas instalações físicas.

O relatório salientava, ainda, a inexistência de uma política arquivística

e, ao mesmo tempo, mostrava a necessidade urgente do estabelecimento de uma política de informação no âmbito da Administração Pública Federal que permitisse "fixar diretrizes filosóficas quanto à geração, ao tratamento e uso de documentos e informações para a garantía de apoio efetivo às ações governamentais e às necessidades do usuário do serviço público".

A implementação das proposições e das recomendações apresentadas pela Comissão não chegou a se efetivar, assim como o processo de reforma administrativa foi interrompido pelos diversos planos econômicos lançados pelo Governo Federal no final da década de 1980.

O Arquivo Nacional retomou a atividade de cadastramento com a implantação do *Cadastro Nacional de Arquivos Federais*, realizando, no período de abril a agosto de 1989, tanto na cidade do Rio de Janeiro como em Brasília, a visita a 148 órgãos, priorizando mais uma vez a administração direta e autárquica.

O diagnóstico geral da situação dos acervos resultante deste Cadastro revelou, além da carência de recursos humanos capacitados para a execução das tarefas arquivísticas, os seguintes aspectos:

- a dispersão e a desorganização dos acervos;
- a multiplicidade de arquivos;
- a pulverização de serviços;
- a ausência de padronização e de normas que orientassem as atividades de tratamento técnico dos acervos, principalmente no que tange aos procedimentos de classificação e avaliação dos documentos;
- a inadequação dos meios de armazenamento e acondicionamento empregados aliada à ausência de controle das condições climáticas.

Entre os dados apresentados, nos quadros abaixo, a ocorrência da eliminação de documentos associada à quase total ausência de uma classificação prévia, a rara presença de comissão de avaliação e a forte influência das condições de armazenamento chama atenção para a situação caótica em que se encontravam os serviços arquivísticos federais no final da década de 1980.

¹ A CEPAD foi instituída, em março de [986[sic], por Portaria do Ministro Extraordinário para Assuntos de Administração e Presidente da Comissão de Coordenação do Plano de Reforma da Administração Federal.

Quadro 3 – Síntese do diagnóstico geral elaborado pelo Cadastro Nacional de Arquivos Federais

Dados gerals	RJ	Brasílla	Total
Número de órgãos visitados	93	50	143²
Número de arquivos	141	66	207
Número de depósitos	198	111	309
Mensuração dos documentos escritos	62.206 m	44.199 m	106.405 m
Datas-limite	1754 a 1989	1848 a1989	1754 a 1989

Características gerais dos depósitos	RJ	Brasilia
Presença de danos nas paredes, pisos e tetos	+ de 50%	+ de 50%
Fiação elétrica exposta	72 %	70 %
Tubulação aparente	87 %	41 %
Localização próxima à fonte de poluição	74 %	53 %

Atlvidades básicas de gestão de	Rio de Janeiro		Brasilia	
documentos desenvolvidas pelas Instituições cadastradas	slm	não	sim	não
Existência de setor responsável pela orientação técnica e normativa	22 %	78 %	76 %	24 %
Existência de instrumentos normativos	11 %	89 %	49 %	51 %
Adoção de plano de classificação de documentos	13 %	87 %	27 %	73 %
Eliminação de documentos	54 %	46 %	66 %	34 %
Comissão de avaliação e seleção instituida	19 %	81 %	30 %	70 %

O então identificado caos informacional apontava, não só a falta de conhecimento e de adoção das práticas da gestão documental pelos órgãos públicos federais, mas, sobretudo, esbarrava na perda de controle dos documentos por eles acumulados. E, ainda mais grave, os serviços arquivísticos federais não asseguravam o acesso às informações produzidas no âmbito da própria administração.

Essa situação assinalava a ineficácia dos procedimentos administrativos e a

Arg. & Adm., Rlo de Janeiro, v. 7, n. 1, jan./jun. 2008

² Essa diferença diz respeito a 5 órgãos cadastrados cujos dados não foram processados. (CNAF, 1990, p. 25).

ineficiência dos processos decisórios em virtude da falta de controle das informações acumuladas pelo Estado brasileiro, o que se refletia na garantia do direito de acesso às informações pela sociedade.

Como assegurar acesso às informações produzidas pelos órgãos públicos, condição *sine qua non* para ampliação da cidadania, se os serviços arquivísticos federais apresentavam este grave quadro de precariedades?

3 Gestão de documentos nos anos de 1990

A partir da promulgação da Lei de Arquivos (Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991), a construção de uma infra-estrutura legislativa é apresentada como uma das bases para a concepção e estruturação da política nacional de arquivos.

Desde a sua instalação em 1994, o CONARQ vem atuando em conjunto com o Arquivo Nacional na produção de Resoluções e textos legislativos que, apresentados à sanção presidencial, tornaram-se Decretos que regulamentam a Lei de Arquivos.

Muitos dos trabalhos de suas Câmaras Técnicas estiveram direcionados para o estabelecimento de procedimentos de classificação e avaliação dos documentos produzidos pela administração pública.

A produção de normas arquivísticas voltadas para as atividades de gestão de documentos demonstrou uma preocupação importante, pois veio preencher lacunas na execução do tratamento técnico dos acervos arquivísticos públicos.

Entretanto, as mudanças que se almejavam alcançar não ocorreram de forma rápida e expressiva e, ainda, sofrem com fatores internos estruturais pelos quais passam, constantemente, as administrações públicas.

Oliveira (1997), em trabalho acadêmico, realizado em 1996, apresenta um 'retrato' dos serviços arquivísticos da administração pública federal, em Brasília, que não difere muito daqueles revelados pelos diagnósticos da década anterior:

Para mapear a estrutura da administração pública federal, a pesquisadora consultou listagem e organogramas fornecidos pela Coordenação Geral de Estudos e Informações Institucionais do Ministério da Administração e Reforma do Estado – MARE (antecessor do atual Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão), atualizados até março de 1996.

Segundo a fonte utilizada, a estrutura do Poder Executivo Federal contava, em todo país, com 124 (cento e vinte e quatro) órgãos, sendo 31 (trinta e um) órgãos da administração direta subordinados a Presidência da República e 93 (noventa e três) entidades da administração indireta, formada por 20 (vinte) autarquias, 24 (vinte e quatro) fundações, 17(dezessete) empresas públicas e 32 (trinta e duas) sociedades

de economia mista.

Desse total, 40 % localizavam-se em Brasília, sendo 28 (vinte e oito) órgãos da administração direta e 22 (vinte e dois) da indireta. Seu universo de investigação limitouse a 21 (vinte e um) órgãos da administração direta, 11 (onze) autarquias e 9 (nove) fundações, tendo realizado as entrevistas entre julho e setembro de 1996. A aplicação de questionários em apenas 41 (quarenta e um) órgãos se justifica pelo fato de que os outros nove órgãos não preenchiam os requisitos necessários ao levantamento.

Quadro 4 - Síntese da situação dos serviços arquivísticos

Atividados básicas de destão de documentos		Bras	sília
Atividades básicas de gestão de documentos desenvolvidas pelos órgãos	si	im	não
Existência de instrumentos normativos	51	%	49 %
Utilização de código de classificação de documentos	32	2 %	68 %
Eliminação de documentos	44	1 %	56 %
Do percentual que elimina	sim	não	
Comissão de avaliação e seleção instituída	39 %	61 %	
Utilização de tabela de temporalidade	61 %	39 %	

Se compararmos com o quadro publicado, em 1990, pelo *Cadastro* pouco se alterara a situação desses serviços. Os procedimentos de classificação e avaliação de documentos ainda ocorriam sem o respaldo dos critérios preconizados pela teoria e prática arquivísticas.

Oliveira (1997, p. 83-87), com a intenção de avaliar o grau de repercussão do Código de Classificação e da Tabela Básica de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo, aprovados pela Resolução nº 4 do CONARQ, em março de 1996, inseriu uma questão final sobre o conhecimento destes instrumentos. Vinte e oito dos entrevistados (68 %) afirmaram conhecer essa Resolução. Apesar de considerar significativo o grau de conhecimento, pondera que a baixa utilização desses instrumentos advinha da falta de pessoal capacitado para as tarefas de sua aplicação.

4 A atuação do Arquivo Nacional junto aos órgãos públicos federais de 1996 a 2006

Para a análise das transformações do cenário arquivístico governamental fezse necessário, no percurso da pesquisa, a identificação da configuração da estrutura do Poder Executivo Federal e a apresentação das atividades desenvolvidas pelo Arquivo Nacional, no período de 1996 a 2006.

Elegeu-se a Base SIORG³ para servir de referencial aos estudos empreendidos quando da análise dos dados empíricos trabalhados. Pelas informações disponíveis na Base SIORG foram identificados e quantificados 1550 órgãos.

A dimensão quantitativa dos órgãos do Poder Executivo Federal ressalta o tamanho do espaço a ser objeto de atuação do Arquivo Nacional.

A carência de visibilidade de sua configuração expressa em muito as dificuldades de articulação entre o Arquivo Nacional e os órgãos do Poder Executivo Federal.

As formas de atuação do Arquivo Nacional, identificadas nos Relatórios Anuais de Atividades, apresentam-se, essencialmente, direcionadas à assistência técnica aos órgãos públicos federais, no âmbito da gestão de documentos, para a aplicação da legislação vigente.

Dos órgãos que receberam orientação técnica nessa área, 65 % integram o Poder Executivo Federal. Contudo, o universo alcançado com a assistência e assessoria direta, ou por meio do acompanhamento dos trabalhos das Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos (CPAD's), representa 10,5 % dos órgãos do Poder Executivo Federal.

Quadro 5: Assistência técnica na área de gestão de documentos (período de 1996 a 2006)

Total de órgãos que receberam orientação técnica	249
Percentual de órgãos do PEF	65 %
Percentual de órgãos de outros Poderes e de outra caracterização jurídica	35 %
Total de órgãos do PEF segundo Base SIORG	1.550
N° de órgãos do PEF que receberam assistência técnica do AN	163
Percentual de órgãos do PEF que receberam	10,5%
N° de órgãos da AD assistidos	82
percentual	5,2%
N° de órgãos da Al assistidos	67
percentual	4,3%
N° de órgãos extintos dentre os que receberam assistência	14
percentual	1%
Percentual de órgãos do PEF que não receberam	89,5%

³ A Base SIORG (Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal) apresenta-se como a fonte oficial de informações sobre a estrutura organizacional dos órgãos do Poder Executivo. Encontra-se disponível no sítio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Gráfico 1

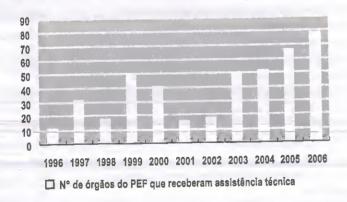
Percentual de órgãos do PEF que receberam assistência técnica sobre o total de órgãos da estrutura do PEF segundo Base SIORG



Pode-se aferir, também, que a quantidade de órgãos, do Poder Executivo Federal assistidos sofre variações, crescendo de 1996 para 1997, diminuindo em 1998, voltando a crescer em 1999, caindo nos anos de 2000, 2001 e 2002, crescendo seguidamente a partir de 2003.

Gráfico 2

Número de órgãos do PEF que receberam assistência técnica por ano



Quais fatores poderiam ter influenciado essa flutuação?

A promoção de eventos na área para a divulgação dos preceitos normativos teve papel relevante? A promoção de eventos, entre 1996 e 2002, ocorreu em média uma vez por ano. Não ocorreu nos anos de 2003, 2004 e 2005, voltando a acontecer em 2006.

A possibilidade ou a necessidade de liberação de espaço físico fez com que os órgãos procurassem orientação e autorização do Arquivo Nacional para eliminarem os volumosos conjuntos documentais por eles acumulados?

Ou ainda, acrescentando à questão anterior, as dificuldades em desenvolver as atividades de gestão de documentos essenciais para a efetivação da eliminação de documentos públicos levaram os órgãos a demandarem assistência técnica?

As respostas a esses pressupostos poderíam ser indicadores para a explicação da referida flutuação. Os dados obtidos não apresentam respostas conclusivas para reduzir o problema a uma equação simples e clara. Outro indicador poderia ser a carência de recursos humanos habilitados para a execução da tarefa, já que é freqüente a utilização de mão-de-obra terceirizada nos serviços arquivísticos federais.

Contudo, o aumento significativo nos últimos anos pode ser creditado à instalação da Comissão de Coordenação do SIGA⁴, em janeiro de 2004. A partir de então, a execução das atribuições do Arquivo Nacional, como órgão responsável pela prestação de assistência técnica a órgãos e entidades da APF, passa a ser mais requisitada.

Que as solicitações de orientação técnica crescem é um fato incontestável conforme pode ser visto no Gráfico 2, mas a sua concretização ocorre sobretudo por causa da demanda dos órgãos e não como uma ação planejada ou programada pelas Coordenações responsáveis pela execução das atividades de gestão de documentos.

Quanto à prestação de assistência técnica a outros órgãos e entidades de outros poderes públicos e da iniciativa privada, esta ocorreu em maior percentual para os órgãos públicos estaduais e municipais, totalizando 48 % dos atendimentos realizados.

Desse grupo, destacam-se a orientação técnica a 8 (oito) Arquivos Públicos Estaduais e a 4 (quatro) Arquivos Públicos Municipais.

Essas solicitações de assistência técnica são direcionadas ao CONARQ, como órgão central do SINAR, entretanto, sua viabilização decorre da orientação prestada por técnicos da área de gestão de documentos do Arquivo Nacional, em articulação com as demais áreas, como a de preservação e a de processamento técnico dos acervos de guarda permanente.

O mesmo ocorrendo com a assistência técnica às instituições privadas que, junto com as entidades de caracterização jurídica diversa, foram contempladas com

⁴ Pelo artigo 1º do Decreto nº 4.915, de 12 de dezembro de 2003, as atividades de gestão de documentos no âmbito dos órgãos e entidades da administração federal ficam organizadas sob a forma de sistema, com a denominação de Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo – SIGA e o Arquivo Nacional passa a integrar o SIGA como órgão central.

37 %. Os outros Poderes Federais receberam 15 % das orientações, cabendo ao Judiciário o maior peso, isto é, 13 %.

As atividades de elaboração de Códigos de Classificação e de Tabelas de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às atividadesfim, com acompanhamento e aprovação do Arquivo Nacional, apresentam um pequeno resultado.

No período de 1996 a 20065, apenas 4 (quatro) órgãos submeteram e obtiveram a aprovação do Arquivo Nacional para as suas Tabelas de Temporalidade e Destinação de Documentos, a saber: duas universidades federais, um órgão descentralizado e uma fundação.

Esse resultado merece uma atenção especial ao se levar em consideração o potencial informativo dos documentos produzidos em razão das competências específicas de um órgão, pois deles resultam, na sua maior parte, a formação dos conjuntos arquivísticos de guarda permanente.

Passa a ser de fundamental importância a efetivação de ações para a mudança dessa situação, para que não se perpetue aquela dos anos de 1980, quando a maior parte da documentação encontrada nos serviços arquivísticos era de natureza administrativa.

A iniciativa do Arquivo Nacional de realizar o Workshop com as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), no ano de 2006, objetivando a revisão e atualização da Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos elaborada pela Universidade Federal da Paraíba, pode ser vista como uma ação positiva.

A proposta de elaboração de instrumento técnico único de classificação e avaliação de documentos produzidos pelas IFES, beneficiando parte significativa das entidades de ensino vinculadas ao MEC, poderá servir, inclusive, para alterar a situação de seus serviços arquivísticos.

Na enquete6, então realizada, foram levantados problemas com relação às práticas arquivísticas semelhantes às encontradas nos demais órgãos públicos federais, ou seja:

- 42 % das universidades utilizam os instrumentos aprovados pela Resolução nº 14/2001 do CONARO:
- 35 % delas utilizam a TTD da UFPB para a avaliação dos documentos relativos às atividades-fim;
- 29 % das universidades informaram possuir CPAD instituída;

54 % afirmaram eliminar documentos.

A conclusão a que se chega com esses dados é que em 60 % desse universo não ocorre o uso de instrumentos normativos de gestão de documentos e a incidência de eliminação é considerada alta para o percentual de Comissões que deveriam estar atuando.

Além desses percentuais, referentes à execução de atividades de gestão de documentos envolvendo os participantes no evento, outros fatores foram constatados, como o desnível de conhecimento dos técnicos com relação à terminologia, legislação e normas arquivísticas e a carência de orientação técnica para implementar alguns dos procedimentos básicos.

Isso remete a análise para a atividade de acompanhamento das CPAD's dos órgãos quanto à elaboração de Listagens de Eliminação de Documentos, que se viabilizam com a publicação dos referidos Editais de Ciência de Eliminação no Diário Oficial da União.

Do universo de órgãos do PEF (163) que receberam orientação técnica na tarefa de avaliação e seleção dos documentos acumulados em seus arquivos, 17 % efetivaram a eliminação com base nos instrumentos técnicos preconizados pelas normas arquivísticas.

Os outros 83 % ainda não concluíram essa tarefa, estando alguns iniciando o processo de identificação e classificação ou, mesmo, adequando os procedimentos usualmente utilizados, para viabilizar os trabalhos das referidas Comissões.

Os dados apresentados no Gráfico 3 correlacionam o número de Editais de Ciência de Eliminação publicados no DOU, com e sem autorização prévia do Arquivo Nacional.

Observa-se que, quanto mais tempo decorreu da emissão da Resolução nº 7/1997 do CONARQ, aquela que preconiza os procedimentos para a eliminação de documentos do Poder Público, major é a incidência de eliminação, mas, também, ocorre o aumento de publicação de Editais sem autorização.

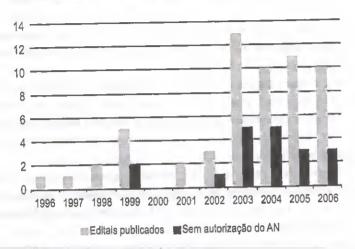
Não se pode negar que a publicação de Editais denota o conhecimento das normas arquivísticas pelos órgãos públicos, uma vez que ao dar ciência em um periódico oficial seus titulares demonstram preocupação com o resguardo de seus atos.

Entretanto, demonstram um conhecimento parcial, pois não se encontram plenamente cientes de toda a sequência de procedimentos que devem ser efetivados antes do ato de eliminar documentos públicos.

⁵Cabe informar que no ano de 2007, portanto fora do período analisado, uma Fundação e uma Agência tiveram seus instrumentos de classificação e avaliação de documentos relativos às atividades fim aprovados pelo AN.

^{*}Participaram do Workshop 31 (trinta e uma) instituições de ensino superior, sendo 30 federais e 1 estadual.

Gráfico 3 Número de Editais de ciência de eliminação publicados no D.O.U.



Tal fato evidencia que não se pode afirmar que não se eliminam documentos, no âmbito do Governo Federal, sem que o Arquivo Nacional aprove expressamente esse procedimento.

Isso fica patente com a ação da Direção-Geral do Arquivo Nacional⁷ ao suspender quatro Editais de Ciência de Eliminação, publicados no exercício de 2007, uma vez que estas eliminações não haviam sido devidamente autorizadas. Mas o que se revela bastante singular da análise dos dados é que apenas 2 % dos órgãos do Poder Executivo Federal eliminaram 'oficialmente' seus documentos.

A eliminação 'oficial' de documentos expressa o pleno conhecimento e a efetiva adoção dos preceitos normativos e atesta o recebimento de orientação técnica do Arquivo Nacional para a execução dessa atividade.

Quanto ao recolhimento ao Arquivo Nacional de acervos arquivísticos de órgãos extintos e empresas liquidadas, nesse período, chega-se a 1/3 do total das extinções e liquidações deflagradas, a partir de 1990, pelo processo extintório da administração pública federal. O aferido com a entrada desses acervos demonstra que os mesmos referem-se a 57 % das empresas liquidadas e 22 % dos órgãos extintos. Cabe ressaltar que, em duas entradas, foram recolhidos apenas parcela dos acervos.

O recolhimento dos acervos documentais dos extintos órgãos relacionados às atividades de segurança da informação⁸ ocorreu em razão de ato legislativo específico. Deram entrada no Arquivo Nacional os documentos produzidos pelo Conselho de Segurança Nacional, Serviço Nacional de Informações, Comissão Geral de Investigações e Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores.

Não se poderia deixar de incluir nesta análise os resultados da pesquisa acadêmica recentemente publicada por Sousa (2006), pois nela identificamos um conjunto de informações complementares quanto à aplicação do Código de Classificação de Documentos de Arquivos para a Administração Pública: atividades-meio, aprovado pela Resolução nº 14/2001 do CONARQ.

Além de verificar a adoção desse instrumento, que de acordo com Sousa (2006, p.25) pode-se perceber "uma gradual adesão desde 1996", a pesquisa se preocupou com a avaliação que os órgãos fazem da atuação do Arquivo Nacional quanto à assistência técnica prestada no acompanhamento de sua aplicação.

Seus objetivos visavam identificar, ainda, o entendimento e as dificuldades na utilização do instrumento e as ações que o Arquivo Nacional tem feito para orientar os órgãos públicos da Administração Pública Federal.

O interesse, que as informações apresentam para esta análise, deve-se ao fato, também, de que a pesquisa foi realizada junto as unidades responsáveis pela gestão de documentos de 22 dos 23 Ministérios instalados em Brasília⁹, tendo os dados sido coletados entre novembro de 2005 e junho de 2006.

Além de serem dados atuais, o campo empírico mostra-se representativo, pois contempla 59 % dos órgãos do primeiro escalão da administração pública federal, tendo como referencial o quantitativo total de Ministérios e Órgãos Equivalentes.

Quadro 6 - Síntese da pesquisa de Sousa (2006) junto aos Ministérios

Conhecimento do instrumento normativo	22	100 %
Utilização do instrumento de classificação	14	64 %
Não utilizam nenhum instrumento de classificação	8	36 %

⁷ Informações disponíveis na seção do SIGA no portal institucional do Arquivo Nacional.

⁸ Ver Decreto nº 5,584, de 18 de novembro de 2005.

O Ministério das Relações Exteriores não autorizou a realização da pesquisa. As unidades visitadas estão representadas apenas pelos denominados arquivos gerais ou centrais dos Ministérios.

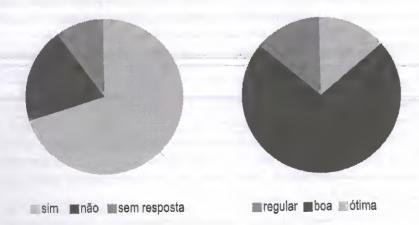
Quanto à aplicação do instrumento de classificação de documentos relativos às atividades-meio	sim	não
Órgãos que possuem dúvidas e dificuldades	86 %	14 %
Oferta de treinamento específico por parte do AN	21 %	79 %
Oferta de assistência técnica por parte do AN para acompanhamento da utilização	36 %	64 %
O Instrumento reflete as atividades-meio desenvolvidas	63 %	37 %
Solicitação de sugestões por parle do AN quanto à atualização	14 %	86 %
Envio de sugestões de atualização por parte dos órgãos	36 %	64 %

Do grupo de Ministérios que aplicam o CCDA para atividades-meio, 71 %, declararam possuir CCDA para as atividades finalísticas. Para essa elaboração, 70 % dos órgãos contaram com a orientação técnica prestada pelo Arquivo Nacional.

Quanto à orientação técnica recebida, os Gráficos 4 e 5 apresentam os dados levantados pela pesquisa de Sousa.

Gráfico 4
Prestação de assistência
técnica do AN para elaboração
de Código de Classificação
de Documentos relativos às
atividades-fim.

Gráfico 5 Avaliação dos Ministérios quanto à assistência técnica recebida



Para Sousa, os resultados de sua pesquisa apontaram para uma mudança importante na situação arquivística dos órgãos públicos federais, uma vez que 64 % desses Ministérios organizam, atualmente, seus arquivos gerais, a partir do instrumento de classificação, tendo a adesão à Resolução do CONARQ ocorrido, em média, por dois desses órgãos a cada ano.

Entretanto, encontram-se, ainda, órgãos do primeiro escalão (que integram o SIGA como órgãos setoriais) que não utilizam, em suas unidades responsáveis pela gestão de documentos, nenhum instrumento de classificação, adotando a ordenação numérico-cronológica como principal forma de recuperação da informação.

O que poderia ser aferido com uma projeção dessa situação para os órgãos subordinados e descentralizados ou a eles vinculados?

A resposta a essa pergunta, ainda não averiguada, pode estar na razão dos 2 % dos órgãos que conseguiram efetivar o processo de eliminação até agora.

O requisito fundamental para se proceder a avaliação e seleção de documentos é que estes estejam identificados e classificados de acordo com os preceitos normativos. Se isto não vem ocorrendo, sistematicamente, como avaliar e selecionar os documentos passíveis de eliminação para se preservar aqueles de guarda permanente?

Sousa (2006, p.32) enfatiza que "o cenário poderia ser melhor se o Arquivo Nacional agisse de uma forma mais ativa".

De acordo com o relato da pesquisa junto aos Ministérios, a ação do Arquivo Nacional é "pautada por uma forma passiva, não fazendo uma boa divulgação do instrumento e não apoiando de maneira mais sistemática a implantação do Código nos órgãos públicos federais". Complementa, ainda, essa afirmação ressaltando que devido a sua complexidade estrutural "o Código não é um instrumento de fácil entendimento".

Contudo, o que mais chama atenção no resultado de sua pesquisa, e merece uma aferição mais apurada, é a afirmação sobre a existência e utilização de Código de Classificação de Documentos relativos às atividades fim, elaborado com assistência técnica do Arquivo Nacional. Cabe ressaltar que, dentro do marco cronológico desta pesquisa, não há registro de nenhuma aprovação, por parte daquela instituição arquivística, de instrumentos de classificação, temporalidade e destinação elaborados por algum desses Ministérios.

Acredita-se que estes Códigos e suas respectivas Tabelas de Temporalidade e Destinação encontrem-se, ainda, em processo de elaboração e experiência, caso contrário, esses órgãos estariam desrespeitando o que preceitua o artigo 18 do Decreto nº 4.073/2002 quanto à utilização de instrumentos técnicos sem a devida aprovação do Arquivo Nacional.

5 Considerações finais

Pode-se reconhecer que, de uma maneira geral, transformações ocorreram no cenário arquivístico a partir da adoção das normas arquivísticas pelos órgãos públicos federais.

Reconhecer apenas a ocorrência de transformações não seria suficiente, faz-se necessário apontar como, por que e em que grau elas vêm acontecendo.

Não existem informações sistematizadas sobre a totalidade das iniciativas dos órgãos públicos federais referentes à elaboração de programas de gestão de documentos, entretanto, a familiaridade com a administração pública permite que se aponte a ausência de procedimentos básicos de gestão de documentos em grande parte dos órgãos públicos.

Pode-se citar como exemplo, dessa situação, as empresas do setor de energia elétrica que não contam com instrumento de classificação, temporalidade e destinação para os documentos relativos às atividades-fim e estima-se que a maioria delas, ainda, não usa plenamente o estabelecido pela Resolução nº 14/2001 do CONARQ.

Esse exemplo fica melhor explicitado por uma das recomendações contidas na *Carta de Goiânia*¹⁰: "que as empresas do setor elétrico apóiem o desenvolvimento de trabalhos voltados para o mapeamento de processos, elaboração e implantação de Códigos de Classificação de Documentos e de Tabelas de Temporalidade e Destinação de Documentos".

Se o apoio para a elaboração dos instrumentos foi recentemente solicitado pode-se inferir que, provavelmente, as empresas do setor ainda não os possuem. Então, como essas empresas vêm atuando no gerenciamento de seus acervos documentais?

Duas iniciativas de entidades vinculadas ao Ministério da Saúde podem ser apontadas como produtos do desenvolvimento e implementação de ações de gestão de documentos: o Código de Classificação de Documentos das atividades-fim da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) e o Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos da área fim da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

Essas iniciativas de elaboração desses instrumentos podem ser consideradas, do ponto de vista técnico, como ações pioneiras e isoladas, mas que contaram com a orientação e acompanhamento do Arquivo Nacional.

A partir da aprovação desses referenciais técnicos, no ano de 2007, seria

não só recomendável, mas, essencialmente, necessário que se passasse a executar outras medidas dentro de um escopo mais amplo na formulação e implantação de políticas arquivísticas.

As ações de normalização empreendidas pelo CONARQ, ao longo de sua atuação nesses quatorze anos, tornaram-se fortes instrumentos técnicos e de compulsória adoção pelos órgãos do Poder Executivo Federal, na medida em que decretos presidenciais específicos tornaram obrigatória a sua aplicação para a gestão de documentos da administração pública federal.

A partir de então, esperava-se que estratégias fossem concebidas, metas fossem traçadas e recursos fossem disponibilizados para a efetiva implementação de programas de gestão de documentos.

A formulação e implantação de políticas públicas, inclusive no caso das políticas públicas arquivísticas, pressupõem que esses requisitos sejam minimamente satisfeitos, ou mesmo estipulados, para que o alcance esperado com a sua implementação resulte numa transformação da situação existente.

Um fato que equivocaria qualquer analista de políticas públicas é que as ações institucionais da política nacional de arquivos e de gestão de documentos desenvolvidas pelo CONARQ e pelo Arquivo Nacional, respectivamente, encontram-se identificadas como "ações institucionais não orçamentárias".

Se não existem previsão e dotação orçamentárias para o desenvolvimento e execução dessas ações, como mobilizar recursos humanos, financeiros e materiais para a promoção de eventos de capacitação, treinamento ou reciclagem de pessoal? Como prestar assistência técnica para o acompanhamento das atividades de gestão documentos que foram, ou estão sendo, implementadas pelos órgãos públicos em todo país? E como verificar *in loco* a adoção e o cumprimento dos preceitos normativos?

Tarefas impossíveis de serem realizadas sem recursos orçamentáriofinanceiros? Não. Pelo menos não é este o quadro que se apresenta com os dados registrados nos Relatórios.

Entretanto, o pequeno alcance da assistência técnica prestada pelo Arquivo Nacional (10,5 %), em relação a todo o espaço objeto de sua atuação, os 1.550 órgãos do PEF, pode ser explicitado por sua *ação passiva* provocada exclusivamente pelas demandas.

Para romper com essa postura passiva, o Arquivo Nacional precisaria superar os desafios impostos pelas dimensões continentais do país e pela complexidade da estrutura administrativa. Precisaria, essencialmente, conceber uma política arquivística, onde estivessem previstas a disponibilização dos recursos humanos, financeiros e materiais e a adoção de medidas concretas de atuação junto aos órgãos públicos federais, pois só assim

¹⁰ Documento que resultou de iniciativa do Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, em parceria com a Companhia Energética de Goiás, quando da realização do I Encontro Nacional de Gestão de Documentos e Informações do Setor de Energia Elétrica, em novembro de 2006.

sua vocação federal viria a ser cumprida.

A viabilização dessas medidas depende principalmente de decisões políticas. Depende, inclusive, da discussão de quais políticas públicas arquivísticas precisam ser formuladas, anunciadas e efetivadas. Depende, ainda, do envolvimento dos atores públicos e privados (Estado e sociedade civil) na formulação e execução de outras políticas públicas no campo da informação.

A existência de aparato legal e de instrumentos técnico-científicos normalizadores na área da gestão de documentos constitui-se em referencial substancial para que se alcancem as transformações desejadas.

Num cenário em que os agentes do Estado realizavam os procedimentos administrativos e as práticas arquivísticas fundamentados no chamado 'bom senso', ou seja, sem os parâmetros técnico-científicos preconizados, a produção de normas arquivísticas não depende apenas do conjunto de conhecimentos técnico-científicos alcançados pela teoria arquivística, mas, essencialmente, das decisões políticas de como adotá-las.

As dimensões técnicas e políticas da adoção das normas arquivísticas exigem uma maior articulação dos agentes responsáveis pela formulação e implantação de políticas públicas no cenário arquivístico federal.

A construção de uma legislação arquivística tem sido (e é) de grande importância, mas não o suficiente. O alcance dos regulamentos exige a verificação de quais transformações ocorreram no cenário.

A presença efetiva de mudanças depende mais do que o empenho personificado, muitas vezes, pelo Conselho Nacional de Arquivos e pelo Arquivo Nacional. Depende do compromisso dos agentes do Estado com a produção, processamento, uso, guarda e disponibilização da informação arquivística governamental.

Só uma atitude comprometida, técnica e politicamente poderá consolidar o direito de acesso público à informação governamental, contribuindo para o monitoramento das ações e decisões governamentais pela sociedade civil e para a ampliação da transparência da ação do Estado.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Cadastro Nacional de Arquivos Federais. Brasília: Presidência da República, 1990. 463 p. (Documentos da Presidência da República. Vária, 5).

AVELAR, Lucia; CINTRA, Antonio Octávio (Org.). Sistema político brasileiro: uma introdução. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação

Unesp, 2004. 413 p.

BRASIL. Decreto nº 4.073, de 03 de janeiro de 2002. Regulamenta a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 4 jan. 2002. Seção 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br. Acesso em: 12 set. 2005.

Decreto nº 4.915, de 12 de dezembro de 2003. Dispõe sobre o Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo — SIGA, da administração pública federal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 15 dez. 2003. Seção 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br. Acesso em: 12 set. 2005.

______Decreto nº 5.584, de 18 de novembro de 2005. Dispõe sobre o recolhimento ao Arquivo Nacional dos documentos arquivísticos públicos produzidos e recebidos pelos extintos Conselho de Segurança Nacional – CSN, Comissão Geral de Investigações – CGI e Serviço Nacional de Informações – SNI, que estejam sob a custódia da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 18 nov. 2005. Edição extra. Disponível em: http://www.planalto.gov.br. Acesso em: 20 nov. 2007.

Decreto nº 6.129, de 20 de junho de 2007. Dispõe sobre a vinculação das entidades integrantes da administração pública federal indireta. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 21 jun. 2007. Seção 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br. Acesso em: 20 nov. 2007.

Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990. Dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração pública federal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 13 abr. 1990. Seção 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 20 nov. 2007.

Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 9 jan. 1991. Seção 1, p. 457.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Portaria n. 42, de 8 de novembro de 2002. Dispõe sobre o Regimento Interno do Arquivo Nacional da Casa Civil da Presidência da República. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 11 nov. 2002. Seção 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br. Acesso em: 20 nov. 2007.

COMISSÃO ESPECIAL DE PRESERVAÇÃO DO ACERVO DOCUMENTAL (Brasil). A importância da informação e do documento na administração pública brasileira. Brasília: FUNCEP, 1987. 133 p.

Arq. & Adm., Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, jan./jun. 2008

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). Classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo: relativos às atividades meio da administração pública. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. 156 p.

Resolução nº 7, de 20 de maio de 1997. Dispõe sobre os procedimentos para a eliminação de documentos no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Poder Público. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 23 maio 1997. Seção 1, n. 97, p.10718-10719.

"Resolução nº 14, de 24 de outubro de 2001. Aprova a versão revisada e ampliada da Resolução n. 4, de 28 de março de 1996, que dispõe sobre o Código de classificação de documentos de arquivo para a administração pública: atividades-meio, a ser adotado como modelo para os arquivos correntes dos órgãos e entidades integrantes do Sistema nacional de Arquivos (SINAR), e os prazos de guarda e a destinação de documentos estabelecidos na Tabela básica de temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos às atividades-meio da administração pública. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 8 fev. 2002. Seção 1. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br. Acesso em: 12 set. 2005.

JARDIM, José Maria. Sistemas e políticas de arquivos no Brasil. Niterói: EDUFF, 1995. 196 p.

. Transparência e opacidade do Estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental. Niterói: EDUFF, 1999. 239 p.

OLIVEIRA, Eliane Braga de. A contratação de terceiros nos serviços arquivísticos da administração pública federal em Brasília. 1997. 109 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação e Documentação)—Faculdade de Estudos Sociais Aplicados, Universidade de Brasília, 1997.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. Arquivos administrativos e massas documentais acumuladas: busca de novas soluções para velhos problemas. 1995. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação e Documentação)—Faculdade de Estudos Sociais Aplicados, Universidade de Brasília, 1995.

Classificação de Documentos Arquivísticos: trajetória de um conceito.

Arquivística.net. Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p 120-142, ago./dez. 2006. Disponível em: http://www.arquivistica.net/ojs/viewarticle.php?id=64&layout=abstract. Acesso em: 24 maio 2007.

A PESQUISA EM CRÔNICAS JORNALÍSTICAS A análise da representação da informação

Dilza Ramos Bastos

Mestre em Ciência da Informação Fundação Casa de Rui Barbosa E-mail: dilzabastos@gmail.com

Maria Luiza de Almeida Campos
Doutora em Ciência da Informação
UFF/Departamento de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em
Ciência da Informação UFF/IBICT
E-mail: mlcampos@nitnet.com.br

Eliane Vasconcellos Doutora em Literatura Brasileira Chefe do AMLB da FCRB E-mail: Vasconcellos@rb.gov.br

RESUMO

A partir de revisão da literatura sobre a crônica jornalística e sobre o processo de análise documentária, é investigado o processamento de uma coleção das crônicas de Carlos Drummond de Andrade, publicadas no Jornal do Brasil, efetuado em uma unidade de informação especializada em literatura brasileira. A investigação é realizada em uma amostra estabelecida segundo alguns critérios e mediante os princípios identificados no prévio estudo teórico.

Palavras-chave: Análise documentária; Crônica; Metodologia.

The search in Journalistic Chronicles: the analysis of the representation of information

Abstract

From the revision of the literature about the journalistic chronicle and about the process of documentary analysis, the processing of a collection of chronicles written by Carlos Drummond de Andrade, published by Jornal do Brasil, made by an information unit specialized in Brazilian Literature is investigated. This investigation is performed on

a sample established according to some criteria and by the principles identified in the previous theoretical study.

Keywords: Documentary analysis; Chronicle; Methodology.

1 Introdução

A partir de um estudo das bases teóricas e metodológicas da análise documentária e das concepções de diversos estudiosos da crônica, o trabalho versa sobre a análise do processamento documental de crônicas de Carlos Drummond de Andrade efetuado no período 2002-2005, no Arquivo-Museu de Literatura Brasileira (AMLB) da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB). Os fundamentos teóricos e metodológicos da pesquisa foram apresentados no artigo intitulado Análise Documentária de Crônicas Jornalísticas: uma busca de diretrizes teóricas e metodológicas (BASTOS; CAMPOS, 2007) publicado na primeira edição de 2007 de Arquivo & Administração.

A crônica é vista como espelho capaz de guardar imagens para o historiador. Portanto, mesmo tendo caráter efêmero, ela pode atestar fatos segundo a visão do seu narrador, não perdendo sua essência e possibilitando que as concepções apresentadas pelo cronista sejam avaliadas (DIMAS, 1974). Drummond parece ter buscado perpetuar algumas de suas crônicas publicadas originalmente no jornal – como foi o caso da obra *De notícias & não notícias faz-se a crônica* (ANDRADE, 1974). Ele selecionou os textos que sua autocrítica e a crítica alheia lhe sugeriam estarem aptos a enfrentar o desafio do tempo.

Segundo Gomes ([199-?])¹, tradicionalmente é considerado que a importância da literatura propriamente dita não esteja no tema tratado, como é o caso da literatura informativa. Contudo, alguns gêneros literários demonstram grande importância para a pesquisa sob vários aspectos, inclusive por sua temática.

Diante das concepções teóricas estudadas, a investigação fundamentou-se em critérios para a análise de documentos literários, com base em princípios relativos ao próprio documento, ao indexador e à análise documentária. São eles:

Quanto ao documento - é fundamental conhecer sua natureza, de

acordo com as suas propriedades e com os propósitos que se tem, e, para tal, devem ser identificados os aspectos físicos e temáticos.

Quanto ao indexador e à análise – o indexador deve ter conhecimento

modo a caracterizá-lo para o estabelecimento dos pontos de acesso, de

Quanto ao indexador e à análise — o indexador deve ter conhecimento detalhado de seu contexto sociocognitivo e participar das principais decisões quanto às políticas, aos procedimentos e às regras estando assim consciente das condições materiais e da estrutura organizacional dos sistemas de informação.

Portanto, após a prévia divulgação dos resultados obtidos no estudo dos fundamentos teóricos, é agora apresentado, de forma sucinta, o desenvolvimento da investigação realizada e principais considerações finais.

2 A evolução da Análise Documentária das crônicas de Drummond no Arquivo-Museu de Literatura Brasileira

O planejamento inicial do processo de análise documentária das crônicas de Carlos Drummond de Andrade previa que as informações fossem recuperadas mediante uma forma simplificada de pesquisa utilizando-se como pontos de acesso a data de publicação e o título da crônica, contudo, a continuidade dos trabalhos no AMLB trouxe novas idéias. Alguns pesquisadores da FCRB e pesquisadores externos à instituição passaram a demandar a ampliação de possibilidades da recuperação das informações, bem como que o processo de busca se realizasse com maior rapidez e especificidade. Essa interação com os usuários e a gradativa vivência no processamento das crônicas provocou novas ações para identificação das variadas demandas e do estabelecimento de novos pontos de acesso, alterando assim o planejamento inicial. Além disso, a gradativa análise do material deixava também evidente a oportunidade de se registrar novos dados que se apresentavam relevantes para o atendimento ao público.

A análise documentária da coleção de crônicas de Drummond foi implementada com maior segurança, na medida que determinados procedimentos eram estabelecidos em consenso entre os membros da equipe de trabalho, observando-se regras de descrição e orientações sobre a identificação e a representação da tematicidade, em razão direta à natureza da crônica e à demanda informacional

¹Trabalho sob a coordenação de Hagar Espanha Gomes, disponível em: http://www.conexaorio.com/biti/literatura/que e literatura.htm.

percebida pelo AMLB. Essas orientações não se constituíam em procedimentos estabelecidos em documentos internos, mas articuladas informalmente no trabalho participativo dos indexadores. A equipe mantinha-se bem informada sobre qualquer mudança sugerida nas ações técnicas e normativas. As decisões eram tomadas com base na experiência desses indexadores e também durante o processo de indexação no qual se efetuava a leitura documentária, o estabelecimento de descritores e a normalização de nomes. Ressalta-se que a crescente experiência permitiu também a melhor identificação de temas e de citações, significando diferenciar o que é tratado no texto, daquilo que apenas é nele mencionado. Visava-se assim serem oferecidas informações organizadas e normalizadas que dessem à pesquisa maior especificidade, evitando-se duplicidade de formas e também resultados negativos.

Desse modo, o processamento de 2304 crônicas jornalísticas de Drummond, publicadas no *Jornal do Brasil*, foi realizado pelo AMLB em duas fases distintas:

Na primeira fase, foi efetuada a estruturação de uma tipologia de informações em razão das necessidades informacionais percebidas na interação com os usuários internos e externos. Essa tipologia foi estabelecida em uma tabela para o registro dos dados resultantes do processamento e sofreu algumas mudanças que configuraram uma nova tabela ao final dessa fase.

Naquele momento, as ações estavam voltadas ao estudo da estrutura da crônica; ao estabelecimento das primeiras orientações a serem seguidas na análise e na representação das informações levantadas; ao registro dos dados resultantes; e à adequação dos dados obtidos, tendo em vista as necessidades informacionais.

As primeiras questões discutidas pela equipe de indexadores se referiam às características físicas que seriam passíveis de identificação e de registro. Desse modo, foi criada uma primeira tabela (Fig. 1) ainda em forma primária para a alocação dos dados de acordo com a tipologia de informações nela configurada. Essa tabela foi alterada gradualmente para melhor atender ao desenvolvimento da análise documentária das crônicas, resultando na criação de novas colunas e significando um acréscimo na tipologia de informação.

Data	Título	Características	Tema Central	Discussão	Indice Onomástico	Indice Vocabular
26.10.71	Ceração segundo	Carlos Drummond de Andrade se presentifica na crênica.	Ciência	Coração é substituido por um que sofre menos.	Assis, Machado de; Bandeira, Manuel; Ramos, Graciliano; Meirelles, Cecilia; Assis, Machado; Andrade, Carlos Drummond de.	
25.3.72	Umbigo no cotidiano	Cita a obra The curves of life	Moda	Moças com o umbigo de fora.	Ghyka; Matila, C; Cook, Sir Thomas	J´aì rêvé dans la grotte où nage la sirène

Figura 1: Exemplo da primeira estrutura da tabela.

Posteriormente, sentindo a equipe que as crônicas continham uma variedade temática, foi criada a coluna Termos Controlados (Fig. 2). A representação da tematicidade era ainda um exercício para a equipe, que na segunda fase dos trabalhos efetuaria uma revisão e validação dos descritores.

Data	Título	Características	Tema Central	Termos Controlados	Discussão	Índice Onomástico	Índice Vocabula
26.10.71	Coração segundo	Carlos Drummond de Andrade se presentifica na crônica,	Ciência	Coração Sofrimento Sentimento	Coração é substituído por um que sofre menos.	Assis, Machado de; Bandeira, Manuel; Ramos, Graciliano; Meirelles, Cecilia; Assis, Machado; Andrade, Carlos Drummond de.	
25.3.72	Umbigo no cotidiano	Cita a obra The curves of life	Moda	Moça Umbigo	Moças com o umbigo de fora,	Ghyka; Matila, C; Cook, Sir Thomas	J'ai rêvé dans la grotte où nage la sirène.

Figura 2: Exemplo da segunda estrutura da tabela.

Os indexadores perceberam então a necessidade de controle do conteúdo dessa nova categoria, o que, gradativamente, constituiu-se em um vocabulário controlado (Fig.

3). O vocabulário passou a ser também um índice remissivo porque indicava a data de publicação, tornando possível a localização física das crônicas já que as mesmas estavam cronologicamente armazenadas.

- CEDAE USE COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (RJ)
- CÉDULA USE PAPEL-MOEDA

NA Use o descritor indicado (remissiva) para designar a cédula como o papel representativo de moeda de curso legal. Veja nota do termo autorizado (papel-moeda).

Ref. Aurélio

- CÉDULA ELEITORAL (13.5.82)
- CELEBRIDADE
 (24.9.76 6.11.76 1.10.77)
- CEMITÉRIO (9.4.77 - 16.4.81)
- CENSO VT CENSOR
 CENSURA

NA Conjunto de dados estatísticos dos habitantes de uma cidade, província, estado, nação, etc., com todas as suas características. Ref. Aurélio (8.8.70 - 18.8.70 - 1.9.70 - 10.8.71 - 8.5.76 - 18.8.79 - 4.9.80)

CENSOR

NA Use o descritor para designar o funcionário público encarregado da revisão e censura de obras literárias ou artísticas, ou da censura aos meios de comunicação de massa: jornais, rádio, etc. Ref. Aurélio (17.2.70)

CENSURA

(19.9.70 - 21.3.72 - 12.10.76 - 1.2.77 - 17.9.77 - 29.5.80 - 4.9.80 - 10.9.81)

Figura 3: Trecho do índice de termos controlados.

Na segunda fase, os indexadores revisaram os resultados anteriormente obtidos, tendo em vista verificar e consolidar as informações registradas. Essa revisão tinha como principal foco avaliar a eficácia dos dados para a recuperação das informações, tanto pela

busca nas próprias planilhas, como através do vocabulário controlado.

Em seguida, as crônicas foram digitalizadas compondo um banco de documentos eletrônicos que tornou possível a busca aleatória tanto no texto integral quanto na ficha catalográfica (Fig. 4) que acompanha cada uma das crônicas digitais. O conteúdo dessa ficha foi constituído por dados extraídos da tabela de registro do processamento efetuado e revisado. Contudo, a ficha não apresenta uma estrutura de campos próprios de uma base de dados informatizada, e sim apenas denomina a tipologia de informações.

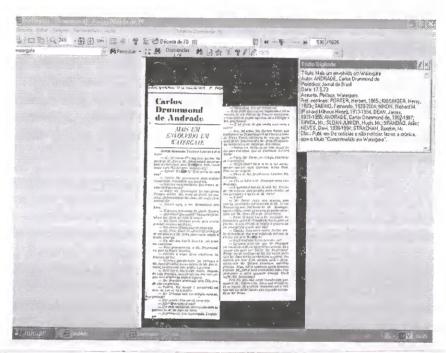


Figura 4: Imagem do banco de crônicas digitalizadas, constando uma crônica e sua ficha.

O trabalho não contava com um manual de procedimentos nem com um metadados que formalizassem a tipologia de informações estabelecida na primeira e na segunda tabela ou mesmo na ficha catalográfica que acompanha o documento digital no banco de imagens textuais. Por essa razão, para que fosse possível compreender o desenvolvimento da estrutura apresentada e analisar os dados resultantes, a investigação do processo de análise documentária, realizada no AMLB, foi feita mediante observação

direta dos registros elaborados e contou também com algumas entrevistas com participantes da equipe de indexadores.

3 A investigação da análise das crônicas de Drummond

A investigação da análise documentária das crônicas jornalísticas de Carlos Drummond de Andrade buscou compreender o desenvolvimento do processo e os resultados obtidos naquele trabalho, tendo em vista verificar a existência de critérios instituídos pelos indexadores durante o processamento dos documentos. Nesse sentido, foi percebido que inicialmente seria necessário verificar a possibilidade de identificação e de estabelecimento de uma tipologia de pontos de acesso que fosse justificável à demanda informacional. Isto é, que servisse aos propósitos da elaboração e da busca de informações relevantes. De igual forma, era preciso buscar também os princípios norteadores do fazer da análise documentária, tendo como campo empírico o trabalho desenvolvido no AMLB.

Entretanto, não se almejava reduzir a conclusão da pesquisa a um conjunto de regras que seriam aplicáveis em qualquer circunstância, mas sim refletir sobre um melhor caminho teórico e possivelmente metodológico à natureza do objeto de estudo – a crônica jornalística. Por essa razão, inicialmente foi realizada uma revisão de estudiosos da análise documentária². Na literatura estrangeira foram identificados: Harold Borko (1978), Charles L. Bernier (1978), Samuel C. Bradford (1961), Jacques Chaumier (1988ab), Umberto Eco (1984; 1997), John F. Farrow (1991), Anthony C. Foskett (1973), Jean C. Gardin (1981; 1987), Birger Hjorland (1992;1997), Peter Ingwersen (1996), Frederick W. Lancaster (2004), Derek W. Langridge (1989) e Hanne Albrechtsen (1993). No âmbito nacional: Nair Y. Kobashi (1989; 1994), Clarinda R. Lucas (1997), Maria dos Remédios da Silva (2004), Mariângela S. L. Fujita (2003; 2004), Isabel Maria R. F. Cunha (1989), Rosa Inês de N. Cordeiro (2000), Hagar E. Gomes (1983; [199-?]; 1998) e Maria Luiza de A. Campos (1998; 2006).

Essa investigação direcionou o enfoque para a evolução das ações de análise, interpretação e representação das informações documentárias realizadas de maneira

espontânea por profissionais envolvidos no trabalho do AMLB, tanto no planejamento e organização do trabalho, quanto em sua execução. Para tal, a partir da própria seleção de Carlos Drummond de Andrade, foi estabelecida uma amostra das crônicas processadas. Com base nas concepções teóricas estudadas foi assim considerada como fundamental a intencionalidade do cronista em perpetuar sua obra, ao transferir suas crônicas jornalísticas para o livro.

Desse modo, mediante alguns critérios, foi constituído um conjunto de registros de crônicas publicadas no livro *De notícias & não noticias faz-se a crônica* (ANDRADE, 1974). A obra apresenta uma forma gráfica como a montagem de um jornal — em colunas³. Contudo, a apresentação dos textos não segue uma ordem cronológica, como também não é esclarecido qual tenha sido o critério para o arranjo das crônicas dentro de cada divisão. Assim, o próprio Drummond, participando da estruturação, apresenta divisões do próprio jornal que se constituem categorias temáticas. A seguir, as categorias e o quantitativo de crônicas alocadas em cada uma delas: Nacional (2); Internacional (1); Política (1); Editorial (1); Cidade (6); Comportamento (12); Gente (4); Sociedade (1); Moda (3); Artes & Letras (8); Cultura & Ensino (4); Saúde (2); Ecologia (5); Montanhismo (1); Consumo (6); Polícia (3); Economia & Mercado (2); Caderno Infantil (1); Classificados (3); Festas (2).

Essa estrutura por categorias demonstrou ser um importante critério que poderia ser utilizado na seleção da amostra para a investigação a ser efetuada. Foi assim estabelecido um método que, a partir da própria seleção de Drummond, efetuou uma segunda seleção: as crônicas com maior tematicidade identificada pelos indexadores do AMLB. O método resultou numa amostra composta de 34 crônicas, com representatividade de todas as categorias.

Tendo sido estabelecida a amostra, considerou-se para a investigação que, no prévio estudo sobre a natureza da crônica jornalística e sobre a obra de Carlos Drummond de Andrade, algumas abordagens seriam fundamentais para o exame dos resultados obtidos no AMLB. Foram assim adotadas concepções apresentadas por Dimas (1974), Teles (1979), Lacerda (1979), Moisés (1983), Arrigueci Junior (1987), Cony (2004?) e Kaimote (2004). São elas:

²Maiores detalhes quanto aos aspectos teóricos e metodológicos consultar o artigo: Análise documentária de crônicas jornalísticas: uma busca de diretrizes teóricas e metodológicas. *Arq.* & *Adm*, jan./jun. 2007.

³ Segundo o Dicionário Houaiss, o termo no jornalismo refere-se a "seção geralmente assinada e que ocupa uma coluna (acp.12) ou um grupo de colunas (acp.12) numa publicação".

- A crônica jornalística distingue-se da crônica literária, por ter função de informar ou de comentar os fatos do cotidiano, sendo assim chamada jornalística por ser o jornal o seu veículo original, mas podendo também ser transposta ao livro.
- Ao estar próxima ao conto, a crônica tem sua ênfase no acontecimento que provocou a atenção do escritor.
- Dentre as muitas características da crônica jornalística, destacam-se as seguintes: jogo de imagens; fino humor; reflexão; posicionamento filosófico, político, estético, etc.; linguagem atual e predominantemente referencial; tom comunicativo com possibilidade de diálogo entre cronista e leitor.
- A crônica jornalística pode registrar, reorganizar e redimensionar os fatos, proporcionando novos ângulos de interpretação.
- Para maior compreensão da obra do cronista, não basta saber os traços biográficos, mas sim é preciso analisar com maior profundidade as palavras em busca da transparência do subjetivo e pessoal.
- Drummond foi um cronista atento ao seu tempo e aos seus leitores, comovendo, distraindo, fazendo sorrir, escrevendo de forma a meditar e filosofar sempre que oportuno.
- A crônica de Drummond é vista como multiforme, por agregar poema, aforismo, tradução, foto, diário, charge, entrevista, carta etc., sendo seus textos leves e inventivos caracterizando um estilo próprio.
- A crônica jornalística de Drummond apresenta-se como um veículo de divulgação cultural e como palco de experiências políticas e sociais que demonstram a consciência, a responsabilidade social e a busca por soluções para o seu século.
- Da simples leitura da crônica de Drummond aflora transcendência do acontecimento.

Arq. & Adm., Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, jan./jun. 2008

Algumas abordagens sobre análise documentária foram também consideradas como primordiais ao estudo da indexação das crônicas jornalísticas. Buscou-se direcionar

o exame da amostra segundo as afirmações de Lancaster (2004), Hjorland (1992; 1997), Fujita (2003; 2004), Cordeiro (2000) e Campos (2006). Desse modo, foram obtidos subsídios teóricos para identificar a existência de critérios instituídos no trabalho do AMLB, mesmo que estivessem informalmente estabelecidos pela equipe. Portanto, o exame dos resultados da análise das crônicas visou descobrir se os dados demonstravam a aplicação dos seguintes princípios de indexação aplicados a documentos literários:

Quanto ao documento

- É necessário conhecer a natureza do documento, isto é, conhecer o conjunto de suas propriedades que o definem demonstrando sua essência.
- O estabelecimento de pontos de acesso é feito a partir da caracterização do documento, considerando o grau de maior ou menor importância de acordo com o propósito que se tem e com as propriedades do documento.
- Os aspectos físicos e temáticos do documento devem ser identificados, para o estabelecimento dos pontos de acesso.

Quanto ao indexador e à análise

- O indexador deve ter conhecimento detalhado de seu contexto sociocognitivo e participar das principais decisões quanto às políticas, aos procedimentos e às regras.
- O indexador deve estar consciente das condições materiais e da estrutura organizacional dos sistemas de informação.
- O indexador deve conhecer os objetivos da leitura documentária.
- O indexador deve realizar a leitura documentária integral do texto, tendo conhecimento da obra do autor e tendo domínio de conceitos básicos das áreas abrangidas pela coleção.
- O indexador deve realizar a leitura de forma interrogativa sobre o valor literário e sobre os aspectos que mais caracterizam a obra, a partir também do conhecimento do contexto e da intencionalidade do documento.
- O indexador deve descrever os assuntos do documento, configurando um prognóstico de potenciais futuros e transparecendo maturidade de julgamento.
- O indexador deve avaliar os textos com discernimento, prevendo questões de pesquisa e considerando as propriedades do documento, de modo que

- descreva o significante, o geral, o necessário e o típico.
- O indexador deve analisar, interpretar e representar o conteúdo do documento de modo que os aspectos particulares e o potencial informativo sejam identificados.
- O indexador deve polirrepresentar o potencial informacional por ele identificado.

Quanto às necessidades dos usuários

Os interesses e as necessidades dos usuários devem ser considerados.

Quanto à organização/instituição

- Os objetivos organizacionais devem ser considerados.
- A política de indexação deve estar baseada no usuário, no serviço de recuperação da informação e no documento, configurando critérios bem definidos que minimizem a subjetividade do processo de análise.

3.1 Exame da amostra

O exame da amostra baseou-se nos subsídios teóricos levantados, como já abordado. Dessa forma, inicialmente, se fazia necessário conhecer o Arquivo-Museu e a instituição na qual o órgão está inserido, a coleção em pauta, os pesquisadores, os indexadores e as razões pelas quais foram tomadas algumas decisões, visando compreender o desenvolvimento da análise documentária realizada.

Para conhecer o Arquivo-Museu, foram consultados folhetos, inventários e artigos que descreviam sua história e o desenvolvimento de trabalhos ali implementados, bem como realizadas entrevistas com a coordenadora e com uma das indexadoras. Além disso, trabalhos de estudiosos de Carlos Drummond de Andrade e de sua obra foram também utilizados.

Constatou-se assim que o AMLB reúne atualmente em seu acervo 83 arquivos privados de escritores brasileiros e uma coleção de documentos avulsos. Seu acervo museológico é composto por cerca de 1200 peças de natureza diversa, sendo móveis, quadros, máquinas de escrever, canetas, medalhas, selos, lembranças de viagens, peças de indumentária, esculturas, pinturas, caixas de música etc. que pertenceram a escritores brasileiros ou que estão a eles relacionados. Dentre os valiosos documentos do acervo

encontra-se a coleção de crônicas jornalísticas de Carlos Drummond de Andrade publicadas no Jornal do Brasil, objeto de crescente pesquisa. Em busca de soluções para aprimorar o processamento documental desse material, de forma a atender aos usuários com maior rapidez e especificidade, foram tomadas medidas que promoveram melhorias na elaboração das informações documentárias e, conseqüentemente, no sistema de recuperação da informação. Os usuários do AMLB são pesquisadores da Fundação e diversos usuários externos advindos em sua maioria do meio acadêmico, mas também alguns escritores e roteiristas.

No processamento da coleção de crônicas, uma equipe permanente atuou em duas fases do trabalho, sendo que, na segunda fase, foi acrescido um novo membro – um profissional em literatura, especializado no gênero crônica. Assim, a equipe foi constituída por profissionais com formação em literatura, letras e biblioteconomia. Desse modo, todos os indexadores eram profissionais capacitados e que possuíam considerável conhecimento da naturezá da crônica jornalística, bem como detinham experiência em atividades de documentação no âmbito literário e no atendimento aos pesquisadores. As consultoras externas possuíam também formação especializada na área.

Constatou-se que a iniciativa de se trabalhar num nível de maior profundidade o acervo de crônicas de Drummond ocorreu porque pouco da produção jornalistica do escritor foi publicado em livros, estando ainda dispersa nos jornais. Também, muito da popularidade alcançada por Drummond provém de sua atuação como cronista. Sua obra poética tem sido alvo de organização e publicações, o mesmo não acontecendo com sua produção em prosa.

A missão da Fundação Casa de Rui Barbosa é preservar, divulgar e dar acesso ao patrimônio cultural sob sua guarda. Como a instituição é detentora do arquivo privado de Drummond e o escritor está intimamente ligado a própria história do AMLB, foi decidido que era de suma importância dar acesso à coleção das crônicas do escritor, facilitando os estudos desenvolvidos por usuários internos e externos. A promoção desse acesso requisitava um processamento documental que atendesse aos diversos tipos de demanda. Desse modo, a iniciativa de aprofundar e aperfeiçoar o processamento das crônicas jornalísticas partiu da vivência no atendimento aos pesquisadores, de procedimentos adotados para o tratamento documental, e da visão dos profissionais envolvidos no processamento e na recuperação da informação.

Os resultados do trabalho realizado no AMLB demonstram algumas dificuldades e alguns problemas, mesmo apresentando uma estrutura planejada e gradualmente ajustada para o desenvolvimento da análise documentária das crônicas. Considera-se que esses problemas se devem ao não estabelecimento de um manual de procedimentos e

de um metadados que garantiriam a explicação do conteúdo dos campos instituídos, tanto nas tabelas, quanto na ficha catalográfica do banco de crônicas digitais.

Primeira fase

Os dados resultantes da primeira fase se apresentam bastante detalhados, parecendo ser uma tentativa de se esgotar toda possibilidade de recuperar fatos pormenorizados, bem como os nomes e títulos mencionados por Drummond mesmo que não tenham sido assunto da crônica. Isso significa que o cronista teria citado um nome, mas não teria falado necessariamente sobre o mesmo. Haveria então intenção dos indexadores em distinguir o que era assunto das crônicas, num intuito de identificar o tema central e o que seriam temas secundários que se apresentavam como pretextos para opiniões e posicionamentos do cronista.

A primeira fase apresenta uma tabela ajustada durante o processo implementado e constituída pelas seguintes categorias de informação: Data; Título; Características; Tema Central; Termos Controlados; Discussão; Índice Onomástico e Índice Vocabular. Todavia, na segunda fase do trabalho, as categorias estabelecidas na ficha do banco de crônicas digitalizadas são: Título; Autor; Periódico; Data; Assunto; Referências Nominais e Observações.

Desse modo, inicialmente a investigação se deteve na tabela resultante da primeira fase da análise documentária. Nela, as categorias **Data** e **Título** contêm informações consideradas básicas para a identificação das crônicas — data de publicação no jornal e título como publicado no jornal. Elas se referem aos aspectos formais, entretanto, a data é também um elemento de ordenação física da coleção, sendo, portanto, ponto de acesso direto e chave de localização física mesmo quando a busca captura informações alocadas em outras categorias. Além disso, a data é um aspecto fundamental no posicionamento cronológico da pesquisa, pois geralmente o usuário solicita as informações em uma determinada data ou mesmo a um período. Nesse caso, a informação contida na categoria estaria sendo utilizada em uma busca boleana, onde seria confrontada com outras informações de caráter temático. O fato não está relacionado ao aspecto cronológico do próprio assunto, pois este aspecto estaria também representado na categoria **Termos Controlados**, mas sim a determinada informação que teria sido tratada pelo cronista em uma data específica.

Ressalta-se também que, na primeira fase do trabalho, não são encontradas as categorias referentes ao nome do jornal no qual a crônica foi publicada, nem ao nome do cronista, como ocorre posteriormente na segunda fase. Isso porque, foi considerado pela equipe que todos os documentos constituíam um conjunto das crônicas que foram publicadas no *Jornal do Brasil*, bem como todas seriam de autoria de Drummond.

As categorias Data, Título, Características, Índice Onomástico e Índice Vocabular

⁴As duas últimas categorias não se referem a nomes que fossem assunto das crônicas e sim citações e incidências vocabulares.

buscavam atender à descrição dos aspectos físicos (forma), enquanto que as categorias Tema Central, Termos Controlados e Discussão buscavam atender à descrição dos aspectos intelectuais (conteúdo). Entretanto, em alguns casos, a categoria Características se refere também ao conteúdo. A questão pode ser observada na figura 7, quando o indexador registra que Drummond se presentifica na crônica. A nota chama a atenção para o fato de Drummond se fazer presente no acontecimento descrito, muitas vezes integrado no relato disfarçadamente através de algum personagem. Conclui-se assim, que na categoria Característica são encontradas informações referentes aos aspectos intelectuais, mas também referentes à forma textual, como por exemplo, divisão do texto em partes especificamente intituladas; observações quanto à crônica ter sido também publicada em livro; observações quanto ao texto se constituir ou conter um diálogo, carta etc. Portanto, ela apresenta comentários feitos pelo indexador com finalidades diversas.

A função do **Tema Central** era alocar um descritor que representasse a temática da crônica em seu contexto mais amplo e, mesmo considerando que a categoria tenha sido mantida para constituir futuramente uma classificação por grandes temas, alguns registros apresentam ali um termo que não reflete o que parece ter sido intencionado pelo cronista, como, por exemplo, o termo "cotidiano" (Fig. 5). O conceito de "cotidiano" é inerente a própria natureza da crônica jornalística, pois nela o cronista o registra. Portanto, melhor seria ter usado o termo como assunto, caso o cronista estivesse discorrendo sobre a noção de cotidiano — o que não foi encontrado na amostra estudada. Assim, o conteúdo da categoria **Tema Central** se mostra algumas vezes inadequado para refletir o assunto principal da crônica.

Data	Título Característic	cas Tema Central	Termos Controlados	Discussão	Índice Onomástico	Indice Vocabular
24.8.72	O Brasileiro cem milhões	Cetidiane	Brasileiro Natalidade	Nasce o brasileiro de nº 100000000		

Figura 5: Exemplo de termo central inadequado.

Na categoria Termos Controlados, os dados demonstram o esforço dos indexadores em identificar e representar com especificidade todo o potencial temático do documento. Almejava-se captar a intencionalidade da crônica, pois os descritores estabelecidos são termos específicos em relação ao conteúdo da categoria antérior, Tema Central, ou mesmo são referentes a temas secundários na abordagem do cronista.

Entretanto, em alguns casos, a identificação e a representação da tematicidade não foi exaustiva e sim superficial. No exemplo que se segue (Fig. 6), além do uso equivocado do termo Cotidiano, os termos controlados configuram tão somente o local e o tipo de comunicação que se dava no acontecimento descrito. Nesse caso, excepcionalmente, a investigação demandou uma verificação do próprio texto, confirmando a percepção inicial que apontava para suspeitar que outros termos poderiam ser estabelecidos, melhor configurando os assuntos da crônica. Na verdade, a crônica trata do mau comportamento de um indivíduo no interior de um ônibus e da dificuldade com que o trocador desse coletivo se depara em lidar com a situação, além de complicá-la ao fazer uso de uma palavra desconhecida. O fato não está também explicitado na categoria Discussão, o que poderia ter facilitado ao indexador perceber os demais conceitos. O descritor "Comportamento" poderia também ser acrescentado à categoria Termos Controlados, bem como outros descritores que melhor contextualizariam o documento, como, por exemplo: Insulto, Passageiro, Trocador. Além disso, o texto não apresenta uma simples conversa e melhor seria representado através do termo Discussão, pois transparece uma nolêmica travada entre os dois personagens.

Data	Titulo	Caracteristicas	Tema Central	Termos Controlados	Discussão	Índice Onomástico	Índice Vocabular
17.1.74	O recalci- trante.	Crônica com diálogo	Cotidiano	Conversa Ônibus	Conversa no ôníbus		

Figura 6: Exemplo de registro com representação temática insuficiente.

Por outro lado, no exemplo abaixo (Fig. 7), é possível perceber a intenção dos indexadores em captar a subjetividade do cronista, não claramente demonstrada no título da crônica. Nesse caso, provavelmente, Drummond aproveitava o pretexto dos acontecimentos do momento, como os avanços da cirurgla cardíaca, para "discretear"⁵. A tematicidade está assim representada nas categorias Tema Central, Termos Controlados e Discussão.

Figura 7: Exemplo de registro, na primeira fase, onde se percebe captação da subjetividade.

Em relação ao controle terminológico, o vocabulário constituído também como um índice e fruto das categorias Tema Central e Termos Controlados, poderia ter recebido algumas melhorias. A maioria de seus termos não está conceituada e existiriam possibilidades de estabelecimento de relações entre eles, que não foram efetuadas apesar de existir uma legenda explicativa para o uso das siglas correspondentes. Como conseqüência, há deficiência no controle de sinonímia e um equívoco ao serem utilizados verbos como descritores. Todavia, por indicar a data de publicação da crônica como chave de acesso para localização específica dos registros da tabela e como chave de localização física da própria crônica, foi muito útil ao trabalho no AMLB, enquanto não se dispusessem os recursos de uma base de dados referencial.

Quanto à categoria Discussão, seu conteúdo está representado por descritores nas categorias Tema Central e Termos Controlados. Ela apresenta a questão central da crônica de forma narrativa e, desse modo, demonstra que os indexadores pretendiam explanar sucintamente aquilo que foi abordado pelo cronista em forma de um miniresumo ou mesmo através de uma simples frase excessivamente sucinta na maioria dos registros.

A categoria Índice Onomástico apresenta nomes citados pelo cronista e que não foram necessariamente assunto da crônica. Portanto, transparece o cuidado dos indexadores em reconhecer quando esses nomes eram apenas mencionados, não sendo o foco temático do autor. Isso não diminui a importância destes dados, pelo contrário, são eles muitas vezes relevantes para elucidação de questões de pesquisa e por essa razão foram identificados, se bem que, em alguns registros, a indicação das citações poderia ser ampliada.

⁵ Termo usado por Coutinho (1971, p. 120).

A categoria Índice Vocabular apresenta as incidências de termos e expressões no texto, com a finalidade de se levantar posteriormente quantas vezes o cronista os havia utilizado. Na tabela da primeira fase, esse registro das incidências se refere a expressões especiais (Fig. 8), não sendo assim obrigatório para todas as crônicas, porquanto, na amostra, somente oito crônicas apresentam conteúdo nesta categoria.

Data	Titulo	Característica	Tema Central	Termos Controlados	Discussão	Indice Onomástico	Índice Vocabular
10.6.71	Conversa de morango		Cotidiano	JUNHO MORANGO	Junho é o mês dos morangos; novas propriedades são atribuídas aos morangos.		Sucre vanillé; forêt; chateau; porcelaine; dentelle.

Figura 8: Exemplo do registro com conteúdo na categoria Índice Vocabular.

Segunda fase

Para a investigação dos resultados da segunda fase da análise documentária realizada no AMLB, foram focalizadas as "fichas catalográficas" que acompanham as crônicas digitais relativas à amostra. Essas fichas não se configuram por campos próprios de uma base de dados e sim se apresentam como uma área de edição de texto. O sistema informatizado realiza a recuperação dos dados de forma aleatória de busca de palavras. Portanto, as crônicas digitais deveriam estar também referenciadas em base de dados que oferecesse uma estrutura de campos que permitisse a construção automática de índices e a recuperação específica nas categorias de informação instituídas. Além disso, deveria ser possível também realizar a busca boleana identificando-se em quais categorias os dados seriam capturados.

As categorias estabelecidas nesta segunda fase são: Título; Autor; Periódico; Data; Assunto; Referências Nominais e Observações. Observa-se uma mudança de estrutura em relação à estrutura apresentada ao final da primeira fase, não somente de nomenclatura das categorias, como também no posicionamento seqüencial das mesmas.

A nova estrutura apresenta primeiramente a categoria Título e não mais a

categoria Data. De fato, não havia mais necessidade de se instituir a data de publicação da crônica como ponto de acesso inicial ou como chave para localização dos registros mesmo através de busca em outras categorias. Isso porque, como já mencionado, o banco de crônicas digitais realiza a busca boleana pelo cruzamento de palavras, contudo, esse cruzamento não determina em que campos, já que os mesmo não foram instituídos. Há apenas interação com as palavras constantes no texto da crônica e na "ficha" que acompanha a imagem.

Ainclusão da categoria **Autor** e da categoria **Periódico** foi considerada adequada para futuras necessidades relacionadas à adoção de documentos de autoria diversa e/ ou publicados em outros periódicos. Desse modo, estaria desde agora identificada essa coleção de crônicas de Drummond publicadas no *Jornal do Brasil*.

A categoria Termos Controlados passa a ser denominada Assunto, demonstrando uma simplificação que se justificava pelas novas possibilidades de acesso. Nota-se também uma complementação dos descritores formulados (Fig. 9 e 10) evidenciando a revisão e a validação do trabalho realizadas ao se iniciar a segunda fase. O problema no uso do termo "Cotidiano" foi percebido pelos indexadores, pois este termo não foi levado para a categoria Assunto, e sim foi eliminado. Essa transferência poderia ter ocorrido caso o termo representasse um tema mais abrangente da crônica, como ocorre em outros registros. Entretanto, há também inclusão de novos termos, complementando os conceitos identificados.

Data	Título	Características	Tema Centrel	Termos Controlados	Discussão	Indice Onomástico	Indice Vocabular
13.4.72	Compre um livro no táxi	Crônica publicada em livro.	Cotidiano	Venda Livro	Tentativa de vender livros no táxi		

Figura 9: Registro elaborado na primeira fase, evidenciando a categoria Termos Controlados.

Descrição/Indexação (Banco de Crônicas Digitais)

Título: Compre um livro no táxi

Autor: ANDRADE, Carlos Drummond de

Periódico: Jornal do Brasil

Data: 13.4.72

Assunto: Venda; Livro; Táxi.

Ref. nominais:

Obs.: Publ. em De notícias e não notícias faz-se a crônica

Figura 10: Registro elaborado na segunda fase, evidenciando nova denominação de categoria.

A partir dessa segunda fase, o vocabulário controlado não é mais utilizado como um índice para a localização dos registros e das próprias crônicas. Entretanto, ele poderia ter sido incluído em uma base de autoridade. O procedimento permitiria estabelecer com maior eficiência os relacionamentos entre termos, como também a padronização de nomes em relação as suas formas variantes.

A categoria **Discussão** não é mais encontrada na ficha do banco de crônicas digitais. Segundo a coordenadora do projeto, a medida foi tomada pelos indexadores em razão de considerarem que os descritores da categoria **Assunto** seriam suficientes para representar a tematicidade. Tal decisão ocorreu devido ao conteúdo da categoria **Discussão** ser muito sucinto, não se optando por torná-lo mais significativo mediante nova redação.

Referências Nominais é uma nova denominação da categoria Índice Onomástico, por ser uma forma mais abrangente considerando-se nomes pessoais, corporativos e geográficos. Contudo, os registros da amostra não apresentam conteúdo nessa categoria (Fig. 11). Os dados nela alocados, quando na tabela da primeira fase, se encontram em processo de normalização⁶. Tal medida é fundamental para a padronização das formas, evitando-se perda de informação ou duplicidades, contudo, em alguns casos

a representação de citações não foi exaustiva, sendo objeto de futura complementação do trabalho. O fato pode ser observado no exemplo abaixo (Fig. 12), onde, na primeira fase, somente foram registrados na tabela dois nomes citados no texto, quando haveria possibilidade para o registro de outros nomes, como, por exemplo, o nome da companhia de energia elétrica Light.

Descrição/Indexação (Banco de Crônicas Digitais)

Título: O convidado agradece

Autor: ANDRADE, Carlos Drummond de

Periódico: Jornal do Brasil

Data: 9.12.71

Assunto: Jantar; Convidado; Agradecimento.

Ref. nominais:

Obs.: Publ. em De notícias e não notícias faz-se a crônica.

Figura 11: Registro elaborado na segunda fase, sem dados na categoria Referências. Nominais.

Data	Títuló	Características	Tema Central	Termos Controlados	Discussão	Indice Onomástico	Índice Vocabular
	O convi-	Crônica		Jantar	Convidado de um		
9.12.71	dado agradece	publicada em lívro.	Discurso	Convidado	jantar só faz agradecimen-	Oranice; Gabri.	
				Agradecimento	tos.		

Figura 12: Registro elaborado na primeira fase, com alguns dados na categoria Índice Onomástico.

Observações é também uma nova denominação da categoria Características. Apenas alguns dados passaram para a ficha do banco de crônicas digitais, contudo, há complementação de outras informações. Em alguns casos, quando a crônica foi

91

⁶ Atualmente, os registros exemplificados nas figuras 10 e 11 já apresentam os dados da referida categoria.

selecionada para publicação posterior no livro *De noticias & não notícias faz-se a crônica*, o título sofre algumas modificações. Conforme exemplo abaixo (Fig. 13 e 14), a categoria recebe não somente a informação sobre a publicação da crônica em livro, mas também o registro da alteração do título.

Data	Titulo	Características	Terna Central	Termos Controlados	Discussão	Indice Onomástico	İndice Vocabular
14.8.71	Episódio Urbano		Cotidiano	RESTAURANTE PAGAMENTO DE CONTA ASSALTO	Come-se no restaurante e a conta vem para casa; perigo de assaltos.		

Figura 13: Registro elaborado na primeira fase, evidenciando o título da crônica, no jornal.

Descrição/Indexação (Banco de Crônicas Digitais)

Título: Episódio urbano

Autor: ANDRADE, Carlos Drummond de

Periódico: Jornal do Brasil

Data: 14.8.71

Assunto: Restaurante; Assalto.

Obs.: Publ. em De notícias e não notícias faz-se a crônica e em 70 historinhas, com o título "Esparadrapo".

Figura 14: Registro elaborado na segunda fase, acusando mudança no título da crônica.

Segundo a coordenação do projeto, a ficha do banco de crônicas digitais não contempla a categoria **Índice Vocabular** em razão da complexidade que envolveria esse procedimento naquele momento.

A partir da observação da amostra, considera-se que alguns pontos devam ser aperfeiçoados, contudo, o detalhamento das informações demonstra que os indexadores buscavam analisar os textos com discernimento, procurando prever questões de pesquisa

e descrever o significante e o necessário para usuários potenciais. Além disso, fica evidente que os aspectos particulares dos documentos tenham sido identificados.

Mesmo de posse de considerável capacitação, a equipe atuante no projeto previamente analisou a constituição da crônica jornalística de Drummond, com a finalidade de estruturar sua indexação e sempre adequar as ações implementadas visando aperfeiçoar as categorias estabelecidas. Entretanto, não foi encontrada uma política de indexação formalmente instituida, apesar da análise dos documentos ter sido desenvolvida respeitando-se a natureza da crônica. Ressalta-se que os indexadores se nortearam pela percepção da demanda informacional já conhecida e por uma previsão de demanda de usuários considerados potenciais. Essa atitude foi possível, devido à experiência da equipe e, desse modo, o empreendimento fundamentou-se também nos objetivos do próprio órgão, quanto a sua função de pesquisa no campo da literatura. As medidas tomadas e as ações corretivas, mesmo não formalizadas, visaram adequar e aperfeiçoar o processo e eram também do conhecimento de todos os membros da equipe, tornando-se assim procedimentos que poderão compor uma política de indexação a ser observada e adotada para outros casos. Contudo, os procedimentos implementados precisam ser, o quanto antes, registrados para compor essa política de indexação. Convém lembrar que nenhuma equipe é estável no tempo, e assim é necessário se registrar as decisões tomadas.

4 Considerações finais

Os resultados obtidos na indexação das crônicas e que compõem a amostra da investigação implementada demonstram que a leitura documentária realizada possibilitou a análise e a interpretação, produzindo assim metassentido evidenciado pela representação dos aspectos físicos e temáticos nos registro. Esses dados demonstram também consonância com os objetivos e com o papel desempenhado pelo AMLB, como órgão de pesquisa em literatura brasileira. O potencial informativo das crônicas foi ampliado de forma a resgatar possíveis pontos de acesso, isto é, a equipe de indexadores buscou polirrepresentar os documentos, mesmo na tabela da primeira fase na qual os profissionais atuantes buscavam subsídios teóricos e práticos para planejar e adequar o processo de indexação, mediante procedimentos teoricamente fundamentados. Contudo, ressalta-se que, em alguns casos, esse potencial ainda poderá ser ampliado.

Na representação da tematicidade de cada uma das crônicas, os dados resultantes demonstram os aspectos particulares e a intencionalidade

do documento. Essa representação demonstra também ter sido efetuada a partir da análise do conteúdo para identificação dos temas, mesmo que estes não estivessem explicitamente declarados na superfície textual. Nota-se que o assunto identificado é o potencial objetivo do documento, sendo sua descrição também um prognóstico de potenciais futuros com base no julgamento positivo ou negativo do indexador - sua maturidade de julgamento. Entretanto, poderiam se ainda implementadas ações para se ampliar a capacitação dos indexadores para o controle terminológico, que resultaria em um vocabulário com maior estruturação, de modo a transparecer as relações entre termos, além de apresentar a definição dos conceitos adotados – o que estaria configurado em uma base de autoridade⁷. Portanto, os indexadores buscaram identificar as propriedades do documento, diante das condições particulares da coleção das crônicas e de seu autor, e, desse modo, esse trabalho de análise, interpretação e síntese não seria passível de informatização.

Conclui-se que, a primeira fase apresenta uma categorização de informações estabelecendo pontos de acesso. As categorias foram criadas e sofreram alterações de acordo com o reconhecimento das propriedades do documento e do seu potencial informativo. As mudanças implementadas estavam também de acordo com o grau de importância atribuído pelos indexadores a determinadas informações, bem como de acordo com os propósitos do trabalho. Os resultados demonstram que essa tipologia provocou a observância de algumas regras de descrição física e intelectual, e também de normalização de nomes, o que fica visível nas alterações que se apresentam ao final da primeira fase ou na segunda fase dos trabalhos.

Tendo em vista uma maior compreensão do texto, era realizada uma leitura integral, de forma que os indexadores procuravam reconhecer o valor dos aspectos que caracterizariam cada documento. Para tal, como já mencionado, os indexadores tinham conhecimento da obra de Drummond, de sua intencionalidade e de seu contexto, o que permitia melhor identificar e compreender os conceitos.

Especificamente na segunda fase, quando foram revisados os dados anteriormente obtidos e digitalizada a coleção de crônicas, passou-se a contar também com a busca aleatória em texto livre, isto é, o sistema permitiu que fosse também utilizada

a linguagem natural, além da linguagem documentária constituída pelos indexadores.

Finalmente, através desses resultados foi possível constatar que foram implementadas ações de análise, de interpretação, de síntese e de representação dos aspectos físicos e intelectuais, buscando ampliar o potencial informativo e resgatar pontos de acesso possíveis, indexando forma e conteúdo. Contudo, o trabalho pode ainda ser aperfeiçoado, oferecendo assim uma significativa experiência para uma metodologia de análise documentária de documentos literários como a crônica jornalística.

REFERÊNCIAS

ALBRECHTSEN, Hanne. Subject analysis and indexing: from automated indexing to domain analysis. The Indexer, London, v.18, n. 4, p. 219-24, oct. 1993.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **De notícias e não notícias faz-se a crônica**: histórias, diálogos e divagações. Río de Janeiro: J. Olympio, 1974. 182 p.

ARRIGUCCI JUNIOR, Davi, Enigma e comentário: ensaios sobre literatura e experiencia. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. 238p.

BASTOS, Dilza Ramos. Em busca de uma metodologia de análise documentária para as crônicas jornalísticas de Carlos Drummond de Andrade. 2006. 190 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) — Universidade Federal Fluminense; Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 2006. Orientadora: Maria Luiza de Almeida Campos.

BASTOS, Dilza Ramos; CAMPOS, Maria Luiza de A. Análise documentária de crônicas jornalísticas : uma busca de diretrizes teóricas e metodológicas. Arq. e Adm., Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, jan./jun. 2007. p. 27-41.

BEGHTOL, Clare. The classification of fiction: the development of a system base on theoretical principles. Metuchen: Scarecrow Press, 1994. x, 366 p.

BORKO, Harold; BERNIER, Charles L. **Indexing concepts and methods**. New York: Academic Press, 1978. 261 p. (Library and Information Science).

BRADFORD, Samuel Clement. **Documentação.** 2. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961, 292p.

CAMPOS, Maria Luiza de A. A indexação e descrição em arquivos: a questão da representação e recuperação de informações. **Arq. e Adm.**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1,

94

De acordo com a coordenadora do projeto, a padronização mencionada não foi realizada em razão do volume de nomes exceder à possibilidade de processamento, uma vez que este projeto contou apenas com o apoio financeiro do CNPq.

jan./jun. 2006. p. 17-31.

CANDIDO, Antonio. A vida ao rés-do-chão. In: In: CANDIDO, Antonio, et. al. A **crônica**: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil. Campinas: Ed. da UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992. p. 13-22.

CHAUMIER, Jacques. Indexação: conceito, etapas e instrumentos. Rev. Bras. Biblioteconon. e Doc., São Paulo, v. 21, n. 1-2, jan./jun. 1988a.

_____. Travail et méthodes du-de la documentaliste: séminaire de Jacques Chaumier. 3. ed. Paris: Éditions ESF-Entreprise moderne d'édition : Librairies techniques, 1988b. 49, 105 p.

CONY, Carlos Heitor. Cony: o jeito de contar é que faz o melhor do gênero. **Em prosa**, [s. l.], [2004?]. Disponível em: < http://www.uel.br/projeto/trialogos/ emprosa/ep cr10. htm>, Acesso em: 30 maio. 2004.

CORDEIRO, Rosa Inês de Novais. **Informação e movimento**: uma ciência da arte filmítica. Rio de Janeiro: Madgráfica Ed., 2000. 144 p. Bibliografia: p. 111-118.

CUNHA, Isabel Maria Ribeiro Ferin. Contribuição para a formulação de um quadro conceitual em análise documentária. In: CUNHA, Isabel Maria Ribeiro Ferin (Coord.). **Análise documentária: considerações teóricas e experimentações**. São Paulo, FEBAB, 1989. cap. 1 (p.15-30).

DIMAS, Antonio. Ambigüidade da crônica: literatura ou jornalismo? Littera, v. 4, n. 12, p. 46-51, 1974.

ECO, Umberto. Conceito de texto. São Paulo: EDUSP, 1984. 212 p.

Interpretação e superinterpretação. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 184 p.

FARROW, John F. A cognitive process model of document indexing. **Journal of documentation**, v. 47, n. 2, p. 149-166, 1991.

FOSKETT, A. C. A abordagem temática da informação. São Paulo: Polígono; Brasília: Ed. UnB, 1973. 437 p.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. A identificação de conceitos no processo de análise de assunto para indexação. Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, v. 1, n. 1, p. 60-90, jul./ dez. 2003. Disponível em: http://dici.

ibict.br/archive/00000239/02/RDBCI-2004-9.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2005.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. A leitura documentária na perspectiva de suas variáveis: leitor-texto-contexto. **DataGramaZero**-Revista de Ciência da Informação, v.5, n.4, ago. 2004. Disponível em: < http://www.dgz.org.br/ago04/Art_01.htm>. Acesso em: 01 ago. 2005.

GARDIN, Jean Claude et. al. La logique du plausible: essays d'epistemologie pratique. Paris: Maison de Science de L'Homme, 1981. 331 p.

Paris: Maison de Science de L'Homme, 1987. 299 p.

GOMES, Hagar Espanha (Coord.). Organize sua biblioteca de literatura. [s. l.: s. n.], [199-?]. Disponível em: http://www.conexaorio.com/biti/literatura/ index.htm>. Acesso em: 10 maio 2004.

GOMES, Hagar Espanha; CAMPOS, Maria Luiza de A. Especificidades do ensino de tratamento da informação. In: MACIEL, Alba Costa; LEFEBVRE, Gilda; GOMES, Hagar Espanha; et al.. (Org.). Estudos e Pesquisas. Niterói: EDUFF, 1998, v. 2, p. 39-62.

GOMES, Hagar Espanha; GUSMÃO, Heloisa Rios. Guia prático para a elaboração de índices. Niterói: Grupo de Bibliotecários em Informação e Documentação em Ciências Sociais e Humanidades da APB-RJ, 1983. 68 p.

HAYES, Susan M. Use of popular and literary criticism in providing subject Access to imaginative literature. Cataloging & Classification Quarterly, v. 32, n. 4, 2001.

HJORLAND, Birger. The concept of "subject" in Information Science. **Journal of Documentation**, vol. 48, no. 2, side 172-200, 1992.

. Information seeking and subject representation. Westport: Greenwood Press, 1997. 224 p.

INGWERSEN, Peter. Cognitive perspectives of information retrieval interaction: elements of a cognitive IR theory. **Journal of Documentation**, v. 52, n. 1, p. 3-50, mar. 1996.

KAIMOTE, A. P. M. C. Fato e ficção em Crônicas de fim do milênio, de Antonio Callado. **ALEA**, v. 6, n. 1, p. 97-116, jan./jun. 2004.

KOBASHI, Nair Yumiko. Análise documentária: considerações sobre um modelo lógico-semântico. In: CUNHA, Isabel Maria Ribeiro Ferin (Coord.). **Análise documentária: considerações teóricas e experimentações**. São Paulo, FEBAB, 1989. cap. 3 (p.45-57).

KOBASHI, Nair Yumiko. A elaboração de informações documentárias: em busca de uma metodologia. 1994. 195 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) — Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

LACERDA, Nilma Gonçalves. **Crônica**: nos não-limites, o livre percurso. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira)-Faculdade de Letras, Universidades Federal do Rio de Janeiro, 1979. 340 p.

LANCASTER, F. W. Indexação e resumos: teoria e prática. 2. ed. rev. ampl. e atual. até 2003. Brasília: Briquet de Lemos, 2004. 452 p.

LANGRIDGE, Derek Wilton. Subject analysis: principles and procedures. London; New York: Bowker-Saur, 1989. 146 p.

LUCAS, Clarinda Rodrigues. Biblioteconomia: produção e administração da interpretação. Ci. Inf., Brasília, v. 26, n. 1, p. 46-53, jan./abr. 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19651997000100007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 04 ago. 2005.

MOISÉS, Massaud. A crônica, In: _____. A criação literária. São Paulo: Cultrix, 1983. p. 245-258.

NEVES, Margarida de Souza. Uma escrita do tempo: memória, ordem e progresso nas crônicas cariocas. In: CANDIDO, Antonio, et. al. A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil. Campinas: Ed. da UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992. p. 75-92.

SILVA, Maria dos Remédios da; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. A prática de indexação: análise da evolução de tendências teóricas e metodológicas. **Transiformação**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 133-161, maio/ago. 2004.

VASCONCELLOS, Eliane; BASTOS, Dilza. Centro de Referência Carlos Drummond de Andrade. Verbo de Minas: Letras, Juiz de Fora, v. 4, n. 8, p. 73-84, jul./dez. 2005.

